

Informações trimestrais

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

30 de setembro de 2014
com Relatório dos Auditores Independentes sobre a
revisão de Informações Trimestrais

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Informações Trimestrais

30 de setembro de 2014 e 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de informações trimestrais..... 1

Informações financeiras intermediárias

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações do resultado abrangente.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Demonstrações do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Centrais Elétricas do Pará S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Recuperação Judicial

Sem ressaltar nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de a Companhia estar em recuperação judicial. Conforme nota explicativa 1, em 01 de setembro de 2012, a Assembleia Geral de Credores aprovou o Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Companhia. Essa condição indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As informações trimestrais foram preparadas levando-se em conta que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia será executado com êxito.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza (CE), 31 de outubro de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6-S-PA



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC – PE 020.728/O-7-S-PA

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Balanço patrimonial

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/09/2014	31/12/2013
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	139.001	109.294
Investimentos de curto prazo	5	184.320	130.106
Contas a receber de clientes	6	752.104	560.455
Impostos e contribuições a recuperar	7.1	69.063	74.518
Impostos sobre o lucro a recuperar	7.2	24.939	10.788
Recuperação de custo de energia e encargos		154.102	1.032
Aquisição de combustível - conta CCC	8	199.979	94.346
Estoques		22.149	13.944
Instrumentos financeiros derivativos	30	22.033	4.287
Serviços pedidos		73.810	68.941
Depósitos judiciais	17	595	1.395
Outros créditos a receber	11	43.907	26.644
Total do ativo circulante		1.686.002	1.095.750
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes	6	89.787	34.932
Instrumentos financeiros derivativos	30	6.445	232
Impostos e contribuições a recuperar	7.1	63.199	24.716
Impostos sobre o lucro a recuperar	7.2	35.240	33.207
Depósitos judiciais	17	104.248	130.544
Ativo financeiro da concessão	9	776.721	600.544
Sub-rogação da CCC - Valores Aplicados	10	178.568	185.688
Outros créditos a receber	11	69.754	66.028
Investimento		6.996	7.130
Intangível	12	2.275.829	2.290.965
Total do ativo não circulante		3.606.787	3.373.986
Total do ativo		5.292.789	4.469.736

Passivo e patrimônio líquido	Nota	30/09/2014	31/12/2013
Circulante			
Fornecedores	13	720.330	477.143
Empréstimos e financiamentos	14	613.524	10.683
Folha de pagamento		35.243	33.721
Impostos e contribuições a recolher	15	182.905	198.217
Taxas regulamentares		-	365
Partes relacionadas	18	26.971	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	19	69.561	53.735
Indenizações trabalhistas		-	20
Recuperação judicial	20	86.978	85.254
Outras contas a pagar	21	143.484	142.173
Total do passivo circulante		1.878.996	1.001.311
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	14	1.250.891	1.523.627
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	17	184.755	265.798
Impostos e contribuições a recolher	15	228.065	299.503
Partes relacionadas	18	522.097	416.147
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	19	64.840	60.090
Recuperação judicial	20	270.388	332.620
Plano de aposentadoria e pensão		25.533	25.533
Adiantamento para futuro aumento de capital	18	306.000	50.000
Outras contas a pagar	21	183.309	101.030
Total do Passivo não circulante		3.035.878	3.074.348
Patrimônio Líquido			
Capital social	22.1	924.524	924.524
Reservas de Reavaliação	22.2	221.108	252.705
Outros resultados abrangentes		(4.291)	(4.291)
Prejuízos acumulados		(763.426)	(778.861)
Total do Patrimônio Líquido		377.915	394.077
Total do passivo e patrimônio Líquido		5.292.789	4.469.736

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	01/01/2014 à 30/09/2014	01/07/2014 à 30/09/2014	01/01/2013 à 30/09/2013	01/07/2013 à 30/09/2013
Receita operacional líquida	24	2.573.058	1.068.933	1.759.841	662.649
Custos de energia, construção e operação	25	(2.216.936)	(754.585)	(1.514.315)	(438.014)
Custo de energia elétrica e construção		(1.908.284)	(646.548)	(1.267.307)	(344.131)
Custo de construção		(614.035)	(307.999)	(282.191)	(117.304)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(68.069)	(29.800)	(52.519)	41.186
Energia elétrica comprada para revenda	26	(1.924.504)	(643.134)	(1.267.830)	(479.334)
Recuperação de custos de energia - CDE	26	698.324	334.385	335.233	211.321
Custo de operação		(308.652)	(108.037)	(247.008)	(93.883)
Arrendamentos e alugueis		(8.412)	(3.751)	(3.142)	(1.466)
Depreciação e amortização		(127.905)	(52.498)	(97.954)	(38.253)
Material		(11.724)	(2.535)	(4.141)	(2.373)
Pessoal		(64.068)	(21.608)	(54.101)	(10.317)
Serviços de terceiros		(113.490)	(38.018)	(105.385)	(44.139)
Subvenção - CCC		20.641	11.120	24.428	5.598
Outros		(3.694)	(747)	(6.713)	(2.932)
Lucro operacional bruto		356.122	314.348	245.526	224.636
Despesas e Receitas Operacionais		(274.138)	(94.895)	(274.404)	(112.785)
Amortização		(6.043)	(1.951)	(5.760)	(2.128)
Despesa com pessoal de administradores		(6.059)	(1.934)	(3.550)	(1.307)
Despesas com vendas	25	(107.196)	(37.467)	(76.602)	(32.279)
Despesas administrativas	25	(83.946)	(28.095)	(125.420)	(60.925)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas com créditos incobráveis		(49.940)	(15.225)	(51.195)	(10.414)
Provisão para plano de aposentadoria		-	-	(589)	-
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas		3.808	1.695	4.317	3.239
Outras despesas e receitas		(24.762)	(11.918)	(15.605)	(8.970)
Resultado operacional, antes do resultado financeiro, do IR e CS		81.984	219.453	(28.878)	111.851
Resultado Financeiro	27	(130.080)	(40.537)	(128.483)	(43.253)
Despesas financeiras		(432.339)	(194.833)	(282.944)	(105.249)
Receitas financeiras		302.259	154.296	154.461	61.996
Resultado operacional		(48.096)	178.916	(157.361)	68.598
Resultado antes do IR e CSLL	16.2	(48.096)	178.916	(157.361)	68.598
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	-	-
Diferido		31.934	31.934	39.362	31.004
		31.934	31.934	39.362	31.004
Lucro (prejuízo) do período		(16.162)	210.850	(117.999)	99.603
Lucro (prejuízo) líquido do período básico e diluído por lote de mil ações - R\$	28	(0,00847)	0,11054	(0,0618)	0,0522
Quantidade de ações no final do período	28	1.907.449	1.907.449	1.907.450	1.907.450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Demonstrações de resultados abrangentes
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	01/01/2014 à 30/09/2014	01/07/2014 30/09/2014	01/01/2013 à 30/09/2013	01/07/2013 30/09/2013
Lucro (prejuízo) do período	(16.162)	210.850	(117.999)	99.603
Outros resultados abrangentes	-	-	36	-
Imposto diferido sobre ganhos e perdas com plano de pensão	-	-	(19)	-
Reconhecimento de ganhos e perdas com plano de pensão	-	-	55	-
Resultado abrangente total do período	(16.162)	210.850	(117.963)	99.603
Lucro (prejuízo) líquido do período básico e diluído por lote de mil ações - R\$	(0,00847)	0,11054	(0,0618)	0,0522
Quantidade de ações no final do período	1.907.449	1.907.449	1.907.450	1.907.450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Reavaliação	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido antes dos recursos destinados para aumento de capital	Recursos destinados para aumento de capital	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2013 (reapresentado)	518.932	284.814	(4.327)	(1.045.966)	(246.547)	350.983	104.436
Prejuízo do período	-	-	-	(117.999)	(117.999)	-	(117.999)
Aumento do capital	405.592	-	-	-	405.592	(405.592)	-
Absorção de prejuízos com recursos de sócios	-	-	-	433.741	433.741	-	433.741
Baixa da reserva de reavaliação	-	(6.904)	-	6.904	-	-	-
Imposto diferido sobre ganhos e perdas com plano de pensão	-	-	(19)	-	(19)	-	(19)
Realização da reserva de reavaliação	-	(30.003)	-	30.003	-	-	-
Reconhecimento de ganhos e perdas com plano de pensão	-	-	55	-	55	-	55
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-	54.609	54.609
Tributos sobre a realização ou baixa da reserva de reavaliação	-	12.548	-	(12.548)	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2013	924.524	260.455	(4.291)	(705.865)	474.823	-	474.823
Saldo em 01 de janeiro de 2014	924.524	252.705	(4.291)	(778.861)	394.077	-	394.077
Prejuízo do período	-	-	-	(16.162)	(16.162)	-	(16.162)
Baixa da reserva de reavaliação (Nota 22.3)	-	(19.396)	-	19.396	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação (Nota 22.3)	-	(28.478)	-	28.478	-	-	-
Tributos sobre a realização ou baixa da reserva de reavaliação (Nota 22.3)	-	16.277	-	(16.277)	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2014	924.524	221.108	(4.291)	(763.426)	377.915	-	377.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Atividades operacionais		
Prejuízo líquido do período	(16.162)	(117.999)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Ajuste a valor presente de recebíveis	4.814	(1.503)
Amortização	133.948	103.744
Amortização do custo de transação	4.542	-
Atualização financeira do ativo financeiro	(17.649)	(16.959)
Despesas de juros	22.111	33.096
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(9.533)
Perda na venda de intangível / Imobilizado	12.403	36.900
Perdas cambiais de atividades financeiras	39.171	57.170
Perdas cambiais instrumentos financeiros derivativos	(23.959)	-
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(45.735)	13.681
Provisão (reversão) para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(81.043)	(4.317)
Rendimentos de aplicações financeiras	(19.027)	(9.982)
	<u>13.414</u>	<u>84.298</u>
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante		
Aquisição de combustível por conta CCC	(105.633)	20.847
Ativo financeiro de concessão	(158.528)	(69.399)
Contas a receber de clientes	(205.583)	6.175
Depósitos judiciais	27.096	(76.335)
Estoques	(8.206)	(1.582)
Impostos e contribuições a recuperar	(33.028)	(3.963)
Impostos sobre o lucro a recuperar	(16.184)	(4.655)
Recuperação de custos de energia e encargos	(153.070)	(7.591)
Serviços pedidos e outros	(4.869)	(13.694)
Outros créditos a receber	(20.987)	(69.729)
	<u>(678.992)</u>	<u>(219.926)</u>
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante		
Ajuste com provisão com plano de pensão e aposentadoria	-	589
Fornecedores	243.187	34.098
Impostos e contribuições a recolher	(86.752)	(113.815)
Indenizações trabalhistas	-	(212)
Juros pagos	(11.653)	(8.400)
Multas regulatórias	-	34.990
Obrigações estimadas, folhas de pagamento	1.523	(868)
Partes relacionadas	132.921	7.489
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20.576	14.093
Taxa de iluminação pública	44	(12.173)
Taxas regulamentares a pagar	303	(14.327)
Outras contas a pagar	82.858	(6.516)
	<u>383.007</u>	<u>(65.052)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(282.571)</u>	<u>(200.680)</u>
Fluxo de caixa gerado das atividades operacionais		
Atividades de investimentos		
Aquisições no ativo intangível	(123.962)	(23.570)
Resgates/Aplicações financeiras	(35.188)	96.396
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	<u>(159.150)</u>	<u>72.826</u>
Atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(25.766)	(4.144)
Captação de empréstimos e financiamentos	301.700	59.124
Recuperação Judicial	(60.506)	(825)
Recurso destinado para aumento de capital	256.000	104.609
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	<u>471.428</u>	<u>158.764</u>
Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	<u>29.707</u>	<u>30.910</u>
Demonstração do acréscimo no caixa e equivalentes a caixa		
Saldo inicial de disponibilidades	109.294	68.850
Saldo final de disponibilidades	139.001	99.760
Acréscimo no caixa e equivalentes a caixa	<u>29.707</u>	<u>30.910</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Demonstrações do valor adicionado
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	2.807.610	2.121.868
Receitas de construção	614.035	282.191
Provisão (reversão) de processos cíveis fiscais e trabalhistas	3.808	4.317
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráv	(79.716)	(51.195)
Provisão plano de aposentadoria e pensão	-	(589)
Outras despesas / receitas não recorrentes	(24.118)	(15.065)
Outras despesas/receitas operacionais	(64)	(3.913)
	<u>3.321.555</u>	<u>2.337.614</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(1.908.284)	(1.023.146)
Matéria - prima e insumo para produtos de energia elétrica	(195.334)	(203.607)
Materiais energia serviços de terceiros e outros	(242.685)	(514.401)
Subvenções de Combustível - CCC	215.975	228.035
	<u>(2.130.328)</u>	<u>(1.513.119)</u>
Valor adicionado (aplicado) bruto	<u>1.191.227</u>	<u>824.495</u>
Amortização	(133.948)	(103.714)
Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia	<u>1.057.279</u>	<u>720.781</u>
Valor adicionado recebido em transferência	302.259	154.461
Receitas financeiras	302.259	154.461
Valor adicionado total a distribuir	<u>1.359.538</u>	<u>875.242</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Benefícios	33.009	24.822
FGTS	7.158	13.917
Remuneração direta	52.226	35.218
Outros	21.384	23.550
	<u>113.777</u>	<u>97.507</u>
Tributos		
Federais	248.340	176.432
Estaduais	570.856	429.200
Municipais	2.529	388
	<u>821.725</u>	<u>606.020</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Aluguéis	7.860	6.770
Juros	173.627	138.112
Encargos com parte relacionada	4.548	-
Outras despesas financeiras	254.163	144.832
	<u>440.198</u>	<u>289.714</u>
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do período	(16.162)	(117.999)
	<u>(16.162)</u>	<u>(117.999)</u>
Valor adicionado	<u>1.359.538</u>	<u>875.242</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado).

1 Informações sobre a Companhia

A Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “CELPA”) é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Belém – PA, que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.247.955 km², atendendo 2.143.737 consumidores em 144 municípios, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

O Pará concentra em seu território cerca de 27% de toda a extensão da bacia amazônica (mais de um milhão de km²) e seu potencial hidrelétrico é avaliado em cerca de 50 mil MW. Esse potencial está distribuído em nove grandes bacias, destacando-se a do Rio Tocantins, onde foi implantada a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, inaugurada em 1984.

A Companhia é controlada pela Equatorial Energia S.A. (“Equatorial” ou “Controladora”), empresa com sede em São Luís no Estado do Maranhão que tem por objetivo a participação em outras sociedades, sempre no setor de energia elétrica, prioritariamente em operações de geração ou distribuição de energia elétrica.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 192.994 e prejuízo de R\$ 16.162, resultados esses impactados principalmente pelo descompasso entre o custo da energia comprada que está contida na tarifa e o custo real de aquisição. A Administração da Companhia entende que as seguintes medidas serão capazes de reverter o capital circulante líquido negativo e o prejuízo:

O IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil não permitem o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios, referentes, principalmente, às diferenças entre o realizado e o previsto nas tarifas, cujo saldo líquido (ativo – passivo) no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 é de R\$ 365.651 não reconhecidos na contabilidade societária. Caso esse ativo fosse reconhecido, a Companhia apresentaria um capital circulante líquido positivo de R\$ 172.657. Esse ativo está sendo gradativamente reconhecido desde 07 de agosto e será percebido como incremento de receita. A Administração da Companhia entende que com a reposição tarifária esses valores serão reconhecidos via tarifa, e, portanto espera que o capital circulante da Companhia volte ao patamar positivo.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 Informações sobre a Companhia -- Continuação.

Adicionalmente, R\$288.831 classificados no passivo circulante na linha de Empréstimos e Financiamentos, referentes aos empréstimos-ponte do Itaú (R\$206.903) e Citibank (R\$81.928), tem previsão de liquidação de principal e de juros para o 4º trimestre de 2014 com a primeira liberação do financiamento junto ao BNDES. Isso permitirá o alongamento do perfil da dívida, remetendo o total da dívida (R\$288.831) para o passivo não circulante, adicionalmente ao efeito do parágrafo acima, da recuperação dos ativos e passivos regulatórios.

Recuperação judicial

O plano de recuperação judicial vigente à Companhia foi consolidado e aprovado no dia 01 de setembro de 2012 na 13ª Vara Cível de Belém e os documentos pertinentes ao processo em questão, estão publicados no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e o Controlador vêm cumprindo rigorosamente o plano de recuperação judicial, inclusive com o aporte de R\$ 700 milhões definido no plano já integralmente realizado.

Plano de transição

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 2.913 de 18 de setembro de 2012, deu provimento parcial às solicitações constantes da Proposta de Transição apresentada pela empresa Equatorial Energia S/A, ainda com vistas à aquisição do controle da Companhia, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.731 de 30 de outubro de 2012. A ANEEL, neste sentido, autorizou a Companhia a destinar os recursos das compensações por violação dos limites de qualidade até sua próxima revisão tarifária de 2015, para a realização de investimentos na área de concessão, como parte do Plano de Transição. Há ainda o Despacho nº 3.048 de 02 de outubro de 2012, que alterou a trajetória de perdas não técnicas da RTP 2011, e cujo efeito está sendo considerado desde o reajuste anual, que ocorreu em agosto de 2013.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998 referente a 11 Usinas Termelétricas. O prazo de concessão para essas usinas é de 30 anos, vencendo em 28 de julho de 2028.

Segue abaixo as principais características das usinas:

	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
UTE Concessão de 11 Usinas Termelétricas, sendo a mais representativa com capacidade instalada acima de 12 MW: Santana do Araguaia.	25,772	17,813	28/07/1998	28/07/2028

Foram considerados os últimos despachos da ANEEL autorizando a alteração das potências instaladas das usinas e as cartas enviadas à esta agência solicitando um novo aumento de potência

3 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, descritas na Nota 3 da referida demonstração e, portanto, devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 30 de setembro de 2014.

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Administração em 31 de outubro de 2014.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	23.848	29.610
Equivalentes de caixa	115.153	79.684
Total	139.001	109.294

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a percentual em torno de 86,45% do CDI (99,49% em 31 de dezembro de 2013) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a 03 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor. A natureza das operações está demonstrada abaixo:

	30/09/2014	31/12/2013
CDB	78.658	9.526
Debêntures compromissadas	36.495	70.158
Total	115.153	79.684

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

5 Investimento de curto prazo

Modalidade	30/09/2014	31/12/2013
Fundos de investimentos (a)	181.809	114.547
Outros	2.511	15.559
Total	184.320	130.106

- a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha lastreados em Títulos Públicos Federais, de acordo com a política de investimento da Companhia, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ao percentual entre 90% e 105% (entre 90% e 105% em 31 de dezembro de 2013), classificados como mantidos para negociação.

6 Contas a receber de clientes

	30/09/2014	31/12/2013
Contas a receber de consumidores faturados	617.514	559.512
Contas a receber de consumidores não faturados	129.691	89.438
Parcelamentos de débitos	278.912	184.991
Parcelamentos de débitos - Ajuste a valor presente	(11.331)	(6.516)
Baixa renda	24.674	24.801
Comercialização no âmbito do CCEE	6.387	6.388
Outras	45.007	31.471
Total	1.090.854	890.085
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(248.963)	(294.698)
Total de conta a receber de clientes	841.891	595.387
Total circulante	752.104	560.455
Total não circulante	89.787	34.932

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

6 Contas a receber de clientes--Continuação

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2013	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	30/09/2014
Fornecimento faturado				
Contas a receber de consumidores faturados	245.386	91.931	(132.521)	204.796
Parcelamento	49.312	29.520	(34.665)	44.167
Total	294.698	121.451	(167.186)	248.963

	31/12/2012	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	31/12/2013
Fornecimento faturado				
Contas a receber de consumidores faturados	333.300	86.636	(174.550)	245.386
Parcelamento	80.715	10.892	(42.295)	49.312
Total	414.015	97.528	(216.845)	294.698

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

6 Contas a receber de clientes--Continuação

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos aplicamos a regra abaixo:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento. Para os 10 mil maiores clientes, com ou sem débitos parcelados, com faturas na PCLD por classe de consumo, consideram-se todas as suas demais faturas, vencidas e a vencer, na PCLD
- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica estão distribuídos da seguinte forma:

	30/09/2014			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	101.599	118.711	96.961	317.271
Industrial	53.331	13.856	43.583	110.770
Comercial	59.540	31.154	28.654	119.348
Rural	4.334	6.258	16.221	26.813
Poder público	5.044	14.813	2.187	22.044
Iluminação pública	1.933	2.390	718	5.041
Serviço público	833	12.137	3.257	16.227
Fornecimento faturado	226.614	199.319	191.581	617.514

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

6 Contas a receber de clientes--Continuação

	31/12/2013			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	72.569	73.698	159.249	305.516
Industrial	44.997	9.580	38.871	93.448
Comercial	50.469	23.754	24.885	99.108
Rural	3.456	5.836	12.791	22.083
Poder público	4.700	14.167	3.926	22.793
Iluminação pública	928	1.508	405	2.841
Serviço público	820	10.269	2.634	13.723
Fornecimento faturado	177.939	138.812	242.761	559.512

7 Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

7.1 Impostos e contribuições a recuperar

	30/09/2014	31/12/2013
Circulante		
ICMS (a)	27.928	29.198
COFINS (b)	-	1.047
PIS a recuperar (b)	-	227
INSS (c)	646	692
PAEX a recuperar (d)	40.449	39.158
IRRF (e)	-	4.196
ISS (f)	40	-
Total	69.063	74.518
Não circulante		
ICMS (a)	49.538	22.556
COFINS (b)	11.510	-
FINSOCIAL (g)	2.151	2.160
Total	63.199	24.716

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

7 Impostos a recuperar--Continuação

7.1 Impostos e contribuições a recuperar--Continuação

- a) Refere-se ao ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado e que será recuperado em até 48 meses.
- b) O saldo no circulante refere-se a crédito tributário originário de pagamento a maior de PIS e COFINS, referente a dezembro de 2013, compensado em abril de 2014. O valor classificado no não circulante é originário de pagamento a maior do parcelamento REFIS Lei. 9.964/2000.
- c) O saldo atual é originário de antecipações de benefícios (auxílio doença e salário maternidade, acidente de trabalho entre outras) aos colaboradores e restituídos mensalmente da folha de pagamento. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo contemplava valores pagos a maior de INSS (código 2100), já totalmente compensado no exercício de 2013.
- d) Processo Administrativo nº 10280.0005233/2007-38, cuja finalidade é a restituição de débitos consolidados indevidamente e em duplicidade pela RFB no PAEX, reconhecido através do despacho decisório DRF/BEL/SECAT n.º 124/2010.
- e) Valor referente a pagamento a maior de IRRF (código 0588), originário da competência setembro de 2013, cuja utilização ocorreu em janeiro de 2014 contra débitos de PIS e COFINS;
- f) Foi constituído em 2014 crédito de ISS QN, originário de incentivo fiscal Municipal lei 7.850/97. A sua utilização será feita com ISS faturamento limitado a 20% do valor a recolher em cada mês e com IPTU.
- g) Processo Administrativo nº 10280.013060/99-14 referente ao Pedido de Restituição de FINSOCIAL recolhido com alíquota superior a 0,5% no período de novembro de 1989 a março de 1993 conforme Leis nº 7.787/1989, 7.894/1989 e 8.147/1990. Valor reconhecido parcialmente conforme Comunicado 1486/2009 da RFB. A Companhia interpôs recurso voluntário que aguarda distribuição no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, onde pleiteia a totalidade do crédito fiscal.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

7 Impostos a recuperar--Continuação

7.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IRRF sobre aplicação financeira	<u>5.513</u>	6.549
IRPJ/CSLL a Restituir (h)	<u>19.426</u>	4.239
Circulante	<u>24.939</u>	<u>10.788</u>
IRPJ/CSLL a Restituir (h)	<u>35.240</u>	33.207
Não Circulante	<u>35.240</u>	<u>33.207</u>

- h) Os valores registrados no grupo circulante são originários de antecipações e de valores retidos na fonte de Órgãos Públicos de IRRF,CSLL, PIS e COFINS do ano de 2014. O grupo não circulante é composto de antecipações de IRPJ e CSLL do ano calendário 2004 e que foram pagas através de parcelamento na forma da Lei 11.941/2009.

8 Aquisição de combustível - conta CCC

A Companhia detém em 30 de setembro de 2014 crédito junto à Conta de Consumo de Combustível - “CCC” no montante de R\$ 199.979 (R\$ 94.346 em 31 de dezembro de 2013).

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 07 de novembro de 1973, com a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos sistemas isolados, especialmente na Região Norte do país. Após publicação da Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, além do óleo, a CCC passou a reembolsar todos os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados que superem o ACR médio, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da Conta de Consumo de Combustíveis Fosseis - CCC.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
 Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

9 Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	30/09/2014			31/12/2013		
	Custo	(-) Obrigações Concessão Vinculadas à	Valor líquido	Custo	(-) Obrigações Concessão	
					Vinculadas à	Valor líquido
Em serviço	1.162.823	(386.102)	776.721	906.438	(305.894)	600.544

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	31/12/2013	VNR (a)	Capitalização	Baixas	30/09/2014
Ativo financeiro	906.438	21.905	217.973	16.507	1.162.823
Obrigações especiais (b)	(305.894)	(4.256)	(75.952)	-	(386.102)
Ativo financeiro	600.544	17.649	142.021	16.507	776.721

	31/12/2012	VNR (a)	Capitalização	Baixas	30/09/2013
Ativo financeiro	674.127	27.074	109.282	(6.114)	804.369
Obrigações especiais (b)	(245.886)	(10.115)	(33.769)	-	(289.770)
Ativo financeiro	428.241	16.959	75.513	(6.114)	514.599

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

9 Ativo financeiro da concessão--Continuação

(a) Valor novo de reposição

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei no. 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

(b) Obrigações Especiais

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

10 Sub - rogação da CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 07 de julho de 2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405 de 27 de março de 2012 a Companhia foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, referente à implantação do projeto elétrico de interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional – SIN, proporcionando a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para a sub-rogação é de R\$ 465.198, correspondente a 100% do montante aprovado.

O benefício foi dividido em duas fases distintas. Na 1ª fase, a Companhia tem um valor aprovado de sub-rogação de R\$ 184.660 e, na 2ª fase, um valor aprovado de R\$ 280.538.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

10 Sub - rogação da CCC--Continuação

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009 trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e conseqüente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

Até 30 de Setembro de 2014, já foram aplicados pela Companhia, relativos a 1ª e 2ª fase, o total R\$259.972 (R\$234.653 em 31 de Dezembro de 2013), desse montante R\$210.143 (185.688 em 31 de Dezembro de 2013) corresponde ao valor sub-rogado.

Do valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para a sub-rogação já foi repassado à Companhia o total de R\$31.575, ficando um saldo a receber de R\$433.623 em 30 de Setembro de 2014.

10.1 Sub - rogação – CCC - rateio benefício

	31/12/2013	Transferências para obras	Parcela recebida	30/09/2014
Valores aplicados	185.688	24.455	(31.575)	178.568
Valores a aplicar	279.510	(24.455)	-	255.055
Total	465.198	-	(31.575)	433.623

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

10 Sub - rogação da CCC--Continuação

10.1 Sub - rogação – CCC - rateio benefício

A CELPA tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Valor Aplicado	Valor Sub-rogado	Valor a receber
LT Tucuruí/Cametá	10.870	9.598	9.598
LT Parada do Bento/Portel	57.094	57.165	57.094
LT Portel/Breves	48.461	32.913	32.913
LT Portel/Bagre	15.487	8.067	8.067
LT Breves/Melgaço	11.909	3.796	3.796
LT Breves/Currálinho	22.121	10.440	10.440
SE Tucuruí - Vila	6.094	6.873	6.094
SE Cametá	8.193	9.000	8.193
SE Portel	11.380	15.525	11.380
SE Breves	17.382	13.876	13.876
SE Bagre	2.922	1.998	1.998
SE Melgaço	2.667	1.998	1.998
SE Currálinho	2.694	1.998	1.998
SE Parada do Bento	10.295	11.413	10.295
Subtotal - 1ª fase	227.569	184.660	177.740
LT Cachoeira do Arari/Anajás	-	12.601	-
LT Ponta de Pedras/Cachoeira do Arari	493	31.332	493
LT Cachoeira do Arari/Salvaterra	-	15.340	-
LT Salvaterra / Soure	-	2.098	-
LT Ponta de Pedras/TAP Muaná	-	10.887	-
LT Tap Muaná/TAP S.S. da Boa Vista	-	12.371	-
LT Chaves/Afuá	-	5.060	-
LT Cachoeira do Arari/Santa Cruz do Arari	-	15.340	-
LT Vila do Conde/Ponta de Pedras (aérea)	-	3.390	-
Travessia subflúvia Baía do Marajó - Vila do Conde/Ponta de Pedras	28.900	41.530	28.900
LT Cachoeira do Arari/Chaves	-	29.691	-
LT Tap Muaná/Muaná	-	2.474	-
LT Tap S.S. da Boa Vista/Breves	-	8.660	-
LT TAP S.S. da Boa Vista/S. S. da Boa Vista	-	21.278	-
SE Anajás	-	2.448	-
SE Afuá	-	2.648	-
SE Chaves	-	2.494	-
SE Cachoeira do Arari	-	12.820	-
SE Santa Cruz do Arari	-	2.644	-
SE Salvaterra	-	11.656	-
SE Soure	-	6.526	-
SE Ponta de Pedras	1.887	12.970	1.887
SE Muaná	-	6.141	-
SE São Sebastião da Boa Vista	-	6.107	-
SE Vila do Conde	1.123	530	1.123
SE Breves	-	1.502	-
Subtotal - 2ª fase	32.403	280.538	32.403
Parcelas Recebidas	-	(31.575)	(31.575)
Total	259.972	433.623	178.568

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

11 Outros créditos a receber

	30/09/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamentos a fornecedores	3.718	-	9.465	-
Alienação de bens e direitos	7.757	-	2.657	-
Caução em garantia (a)	-	34.718	-	30.995
Créditos em conta de energia elétrica	3.251	-	2.968	-
Despesas pagas antecipadamente	3.900	-	3.781	-
Valores a liberar (b)	-	35.026	-	35.026
Valores a recuperar de empregados	826	-	900	-
Outros créditos a receber (c)	24.455	10	6.873	7
Total	43.907	69.754	26.644	66.028

- (a) Em cumprimento às exigências contratuais do contrato de Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP) junto a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Bônus de Desconto e Bônus ao Par, são mantidas garantias constituídas em forma de caução em dinheiro junto a STN e que se destinam a amortizar os valores de principal destes empréstimos, cujo vencimento se dá em 15 de abril de 2024.
- (b) Refere-se ao saldo de bloqueios consequentes, sobretudo, de demandas de credores financeiros sobre recebíveis e demais garantias referente aos contratos de financiamento repactuados através do Plano de Recuperação Judicial, destacando-se o Banco Daycoval (R\$16.287).
- (c) Dos valores de outras contas a receber, R\$ 24.455, temos como principal composição R\$13.696 referente a financiamento de padrão e R\$ 8.004 de uso mutuo de poste.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

12 Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

30/09/2014					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,19%	4.232.634	(1.673.381)	(747.351)	1.811.902
Em curso		991.411	-	(527.484)	463.927
Total		5.224.045	(1.673.381)	(1.274.835)	2.275.829

31/12/2013					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,23%	3.915.948	(1.546.337)	(847.490)	1.522.121
Em curso		1.041.429	-	(272.585)	768.844
Total		4.957.377	(1.546.337)	(1.120.075)	2.290.965

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2028, conforme ICPC01.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 03 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

12 Intangível--Continuação

A mutação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	31/12/2013	Adições	Baixas	Capitalização (a)	30/09/2014
Em Serviço	3.915.948	-	(56.426)	373.112	4.232.634
(-) Amortização	(1.546.337)	(164.670)	37.626	-	(1.673.381)
Total em serviço	2.369.611	(164.670)	(18.800)	373.112	2.559.253
Em curso	1.041.429	541.067	-	(591.085)	991.411
Total	3.411.040	376.397	(18.800)	(217.973)	3.550.664
Obrigações especiais (b)	(1.346.459)	(267.964)	6.397	75.952	(1.532.074)
(-) Amortização	226.384	30.855	-	-	257.239
Total em obrigações especiais	(1.120.075)	(237.109)	6.397	75.952	(1.274.835)
	2.290.965	139.288	(12.403)	(142.021)	2.275.829

	31/12/2012	Adições	Baixas	Capitalização (a)	31/12/2013
Em Serviço	3.743.651	-	(104.380)	276.677	3.915.948
(-) Amortização	(1.398.821)	(195.399)	47.883	-	(1.546.337)
Total em serviço	2.344.830	(195.399)	(56.497)	276.677	2.369.611
Em curso	1.099.235	420.604	-	(478.410)	1.041.429
Total	3.444.065	225.205	(56.497)	(201.733)	3.411.040
Obrigações especiais (b)	(1.236.153)	(163.130)	8.099	44.725	(1.346.459)
(-) Amortização	170.406	55.978	-	-	226.384
Total em obrigações especiais	(1.065.747)	(107.152)	8.099	44.725	(1.120.075)
Total	2.378.318	118.053	(48.398)	(157.008)	2.290.965

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até julho de 2028, conforme ICPC01.

- (a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço da concessão.
- (b) Obrigações Especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

12 Intangível--Continuação

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Obras em andamento	884.627	884.947
Materiais em depósito	114.028	88.206
Adiantamento a fornecedores	32.756	68.276
Total	991.411	1.041.429

Do valor total dos materiais em depósito, o montante de R\$ 24.581 (R\$24.148 em 31 de dezembro de 2013), representa material em depósito para atender as necessidades do Programa Luz para Todos e se refere principalmente a postes, transformadores, cabos, medidores, conversores de potência, dentre outros, para utilização nas obras em andamento.

13 Fornecedores

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Aquisição de combustível	146.447	94.346
Encargos de uso da rede elétrica	4.267	2.999
Materiais e serviços	165.446	140.752
Retenção Contratual de Fornecedores	6.028	-
Suprimento de energia elétrica	398.142	239.046
Total	720.330	477.143

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
 Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14 Empréstimos e financiamentos

	30/09/2014			
	Custo Médio Da dívida (%a.a.)	Circulante Principal e encargos	Não Circulante Principal e encargos	Total
Moeda Nacional:				
Eletrobrás	6,89%	8.054	61.263	69.317
FINAME	9,45%	776	444	1.220
Leasings	13,75%	43	-	43
GIRO IBM	10,81%	4.005	6.128	10.133
Crédito RJ (a)	5,46%	-	869.038	869.038
GIRO NPS ITAÚ	12,11%	206.903	-	206.903
GIRO IBM	11,94%	2.889	7.143	10.032
Subtotal	6,83%	222.670	944.016	1.166.686
(-) Custo de transação	-	(211)	(269)	(480)
Total Moeda Nacional	6,83%	222.459	943.747	1.166.206
Moeda Estrangeira:				
Crédito RJ (a)	5,28%	-	162.914	162.914
Tesouro Nacional	5,13%	2.752	44.785	47.537
CCBI ITAÚ (b)	3,10%	159.813	53.703	213.516
CCBI CITIBANK (b)	4,05%	141.547	46.861	188.408
CCBI CITIBANK (b)	2,37%	88.610	-	88.610
Subtotal	3,91%	392.722	308.263	700.985
(-) Custo de transação	-	(1.657)	(1.119)	(2.776)
Total Moeda Estrangeira	3,93%	391.065	307.144	698.209
Total geral	5,74%	613.524	1.250.891	1.864.415

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
 Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14 Empréstimos e financiamentos--Continuação

	31/12/2013			Total
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Circulante Principal e encargos	Não circulante Principal e encargos	
Moeda Nacional:				
Eletróbrás	6,89%	8.055	67.304	75.359
FINAME	9,55%	784	1.010	1.794
Leasings	11,11%	224	21	245
Crédito RJ (a)	6,05%	-	885.392	885.392
Subtotal	6,12%	9.063	953.727	962.790
(-) Custo de transação	-	(995)	(721)	(1.716)
Total Moeda Nacional	6,13%	8.068	953.006	961.074
Moeda Estrangeira:				-
Crédito RJ (a)	5,28%	-	149.750	149.750
Tesouro Nacional	6,03%	3.348	42.806	46.154
CCBI ITAÚ	2,64%	535	203.007	203.542
CCBI CITIBANK	5,23%	389	179.215	179.604
Subtotal	4,39%	4.272	574.778	579.050
(-) Custo de transação	-	(1.657)	(4.157)	(5.814)
Total Moeda Estrangeira	4,44%	2.615	570.621	573.236
Total geral	5,50%	10.683	1.523.627	1.534.310

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia registrou o montante de R\$ 1.864.415 (R\$ 1.534.310 em 31 de dezembro de 2013), referente a Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$ 613.524 de curto prazo e R\$ 1.250.891 de longo prazo (R\$ 10.683 de curto prazo e R\$ 1.523.627 de longo prazo em 31 de dezembro de 2013) a um custo médio de 5,74% a.a., equivalente a 55,61% do CDI (5,50% a.a., equivalente a 68,19% do CDI, em 31 de dezembro de 2013).

O aumento de R\$219.012 no saldo de curto prazo em relação ao 2º trimestre de 2014 se deu principalmente em função das captações de empréstimos ponte do BNDES junto aos bancos Itaú e Citibank no valor de R\$200 milhões e R\$80 milhões, respectivamente, e de amortizações de aproximadamente R\$60 milhões. Com a aprovação de crédito no valor total de R\$ 498.073 junto ao BNDES em 23 de setembro de 2014, até o final do exercício de 2014 será captado montante suficiente para liquidar os empréstimos ponte, garantindo a transferência de R\$ 280.000 do curto prazo para o longo prazo.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14 Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (a) Crédito RJ se refere aos créditos dos credores financeiros do Plano de Recuperação Judicial da CELPA, cujas taxas e prazos foram repactuados em conformidade com o estabelecido no Plano. Com isso, houve reestruturação dos credores por tipo de crédito de forma a conceder maior fôlego financeiro a Companhia, o que culminou em alongamento significativo da dívida com reduzida correção.
- (b) Estas operações possuem swap de câmbio e taxa de juros associados para anular os efeitos de exposição ao dólar e libor, hedge das operações.

Em 30 de setembro de 2014, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/09/2014		31/12/2013	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	613.524	32,9%	10.683	0,7%
2015	104.299	5,6%	391.037	25,5%
2016	14.527	0,8%	8.327	0,5%
2017	12.862	0,7%	8.055	0,5%
Após 2017	1.120.591	60,1%	1.121.086	73,1%
Total	1.252.279	67,2%	1.528.505	99,6%
Custo de captação (Não circulante)	(1.388)	-0,1%	(4.878)	-0,3%
Não circulante	1.250.891	67,1%	1.523.627	99,3%
Total	1.864.415	100%	1.534.310	100%

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14 Empréstimos e financiamentos -- Continuação

A mutação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31/12/2013	8.068	953.006	2.615	570.621	1.534.310
Ingressos	200.000	21.700	80.000	-	301.700
Encargos	11.539	1.507	9.065	-	22.111
Variação monetária e cambial	-	3.435	30.202	5.534	39.171
Capitalização de Juros	5	30.334	-	5.841	36.180
Transferências de principal	55.154	(55.154)	277.890	(277.890)	-
Pagamentos de baixas de principal	(49.407)	(11.533)	(1.006)	-	(61.946)
Pagamentos de baixas de juros	(3.683)	-	(7.701)	-	(11.384)
Custo de Transação	-	(269)	-	-	(269)
Transferências de Transação	(721)	721	(3.038)	3.038	-
Apropriação de custo de transação	1.504	-	3.038	-	4.542
Saldo em 30/09/2014	222.459	943.747	391.065	307.144	1.864.415

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31/12/2012	307.476	932.602	92.546	560.360	1.892.984
Ingressos	50.000	9.124	-	375.000	434.124
Encargos	32.732	3.257	7.866	-	43.855
Variação monetária e cambial	2	48.017	1.805	39.142	88.966
Transferências	13.468	(13.468)	(316)	316	-
Pagamentos de baixas de principal	(360.695)	(26.526)	(1.911)	-	(389.132)
Transferência partes relacionadas (a)	-	-	(95.538)	(433.740)	(529.278)
Pagamentos de baixas de juros	(34.915)	-	(1.837)	-	(36.752)
Atualização	-	-	-	29.543	29.543
Saldo em 31/12/2013	8.068	953.006	2.615	570.621	1.534.310

(a) Refere-se à transferência da dívida dos Bond holders cedidas da Companhia à Equatorial Energia decorrente de operações entre partes relacionadas (vide nota 18).

Acompanhamento dos covenants dos empréstimos e financiamentos

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial da CELPA em 01 de setembro de 2012, foi estabelecida a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de covenants financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15 Impostos e contribuições a recolher

	Circulante	30/09/2014	31/12/2013
ICMS (a)		80.391	57.222
ICMS Parcelamento (b)		30.319	40.097
COFINS Parcelamento (c)		-	52.290
Encargos sociais e outros		6.894	6.691
INSS Parcelamento (c)		-	1.180
PIS Parcelamento (c)		-	11.363
PIS/COFINS		17.631	13.238
REFIS/PAES (c)		42.294	13.323
Outros		5.376	2.813
Total		182.905	198.217
	Não circulante		
ICMS Parcelamento (b)		63.772	79.893
COFINS Parcelamento (c)		-	95.902
INSS Parcelamento (c)		-	3.048
PIS Parcelamento (c)		-	20.685
REFIS/PAES (c)		164.118	99.800
Outros		175	175
Total		228.065	299.503

- Valor a recolher do ICMS corrente, referente ao período de apuração de Setembro de 2014, com vencimento em 10 de Outubro de 2014.
- Parcelamentos concedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) originário de débitos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, o qual será pago em parcelas mensais corrigidas pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC acrescido de 1% de juros, sendo que o último pagamento está previsto para ser liquidado 30 de outubro de 2017.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15 Impostos e contribuições a recolher--Continuação

- c. Refere-se a saldos remanescentes do Parcelamento Excepcional – PAEX Lei nº 11.941/2009 consolidado em Setembro de 2009 e migração de débitos na modalidade espontânea junto a Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Instituto de Seguridade Social para a Lei 12.996/2014 em Agosto de 2014, com liquidação prevista para Novembro de 2029. O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia. As parcelas terão o seguinte cronograma de vencimento:

Descrição	Saldo em 30/09/2014	Parcelas					
		2014	2015	2016	2017	2018	2019 A 2029
Parcelamentos (c)	206.412	21.678	19.377	19.385	19.385	19.385	107.202

Descrição	Saldo em 31/12/2013	Parcelas					
		2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018
Parcelamentos (c)	297.591	78.156	78.156	52.875	28.574	13.323	46.507

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

16.1 Composição dos créditos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A composição do IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias é apresentada a seguir:

	30/09/2014	31/12/2013
IRPJ e CSLL diferenças temporárias	124.609	166.096
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	(112.414)	(128.691)
Provisão para realização	(12.195)	(37.405)
Total	-	-

	30/09/2014	31/12/2013
Contingências	62.817	90.371
PCLD	84.649	100.197
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	(28.735)	(30.252)
Outras	(2.804)	(2.903)
Provisão fundo de pensão	8.682	8.682
IRPJ e CSLL diferenças temporárias	124.609	166.096

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL não reconhecidos em seu ativo em 31 de dezembro de 2013, por não atender as condições previstas no CPC 32 e na deliberação CVM nº 371/2002. Tais créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 269.513 e R\$ 103.498, respectivamente, não possuem prazo de prescrição.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

16.2 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos de 30 de setembro de 2014 e 2013, é demonstrada como segue:

	30/09/2014		30/09/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	(48.096)	(48.096)	(157.361)	(157.361)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal				
Adições:				
Provisão para contingências	46.189	16.628	64.515	23.226
Provisão para crédito de liquidação Duvidosa	15.120	5.443	116.302	41.869
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	27.692	9.969	5.477	1.972
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	11.968	4.309	9.227	3.322
Provisão fundo de pensão	6.383	2.298	8.491	3.057
Outras despesas não dedutíveis	14.769	5.317	19.089	6.872
Total	122.121	43.964	223.101	80.318
Exclusões:				
Reversões de provisões, reposicionamento tarifário diferido e ativos regulatórios	(99.385)	(35.778)	(167.836)	(60.422)
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	(26.577)	(9.568)	(7.894)	(2.842)
Outras	(14.696)	(5.291)	(18.427)	(6.634)
Total	(140.658)	(50.637)	(194.157)	(69.898)
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecida				
IRPJ e CSLL	(18.537)	(6.673)	28.944	10.420
Compensação Prejuízo Fiscal REFIS	23.481	8.453	-	-
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL constituídos	18.537	6.673	-	-
Provisão para realização				
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	23.481	8.453	28.944	10.420
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL Diferidos)	-48,82%	-17,58%	0,00%	0,00%
Ativo Fiscal Diferido	23.481	8.453	(28.944)	(10.420)
IRPJ e CSLL no resultado do período	23.481	8.453	(28.944)	(10.420)
Alíquota efetiva com ativo fiscal Diferido	-48,82%	-17,58%	18,39%	6,62%

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17 Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	30/09/2014			31/12/2013		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis (a)	59.585	(73.100)	(13.515)	59.726	(110.769)	(51.043)
Fiscais	-	-	-	80	(7)	73
Regulatórias	50.155	-	50.155	127.389	-	127.389
Trabalhistas	75.015	(31.743)	43.272	78.603	(21.163)	57.440
Total	184.755	(104.843)	79.912	265.798	(131.939)	133.859
Circulante	-	(595)	(595)	-	(1.395)	(1.395)
Não circulante	184.755	(104.248)	80.507	265.798	(130.544)	135.254
Total	184.755	(104.843)	79.912	265.798	(131.939)	133.859

- (a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 66.924 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Estes créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17 Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas-- Continuação

Movimentação dos processos no período

	31/12/2013		30/09/2014	
	Saldo Inicial	Adição à provisão	Reversão	Saldo Final
Cíveis	59.726	6.554	(6.695)	59.585
Fiscais	80	-	(80)	-
Regulatórias (i)	127.389	3.280	(80.514)	50.155
Trabalhistas	78.603	3.669	(7.257)	75.015
Total	265.798	13.503	(94.546)	184.755

	31/12/2012		31/12/2013	
	Saldo Inicial	Adição à provisão	Reversão	Saldo Final
Cíveis	59.768	6.443	(6.485)	59.726
Fiscais	80	-	-	80
Regulatórias	85.234	43.645	(1.490)	127.389
Trabalhistas	82.307	24.133	(27.837)	78.603
Total	227.389	74.221	(35.812)	265.798

(i) Do valor das baixas R\$39.540 foram parceladas no âmbito da Lei 12.996/2014 em agosto de 2014, R\$19.568 referem-se à redução ou ganhos nas penalidades aplicadas e R\$21.406, referente ajuste de processos e de cálculo da Selic.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17 Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas-- Continuação

Cíveis

A Companhia figura como parte ré em 6.931 processos cíveis, sendo que 5.188 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando falha no fornecimento, acidentes com a rede de distribuição, morte por eletroplessão ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

As demonstrações financeiras findas em 30 de setembro de 2014 contemplam provisão de R\$ 59.585 (R\$ 59.726 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 513.836 (R\$ 511.387 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão. Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível na esfera cível são: Taxa de iluminação pública, nos quais os consumidores questionam a constitucionalidade da cobrança da antiga taxa; Falha no fornecimento de energia elétrica; e quebra de contrato, que são demandas nas quais antigos fornecedores da Companhia alegam desequilíbrio contratual e pleiteiam ressarcimento de danos decorrentes da execução dos contratos.

Fiscais

A Companhia figura como parte ré em 87 processos fiscais os quais versam sobre repasse de PIS e COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações fiscais.

Existem contingências fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 16.180 (R\$ 17.107 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão. O assunto mais relevante é execução fiscal de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17 Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas-- Continuação

Regulatórias

Por se tratar de um monopólio natural e ser considerada como serviço essencial, a distribuição de energia elétrica possui uma rígida regulamentação e fiscalização, ambas realizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O processo de fiscalização tem por objetivo educar e orientar os agentes de distribuição, transmissão e geração, quanto à qualidade do serviço prestado ao consumidor e o atendimento de suas obrigações contratuais e regulamentares. A ANEEL pode realizar as fiscalizações através das suas superintendências, ou delegar para as agências conveniadas. No caso da CELPA, a agência conveniada que presta serviço de fiscalização e ouvidoria para a ANEEL é a ARCON-PA.

O processo de fiscalização que resultar em multa aplicada, ainda tramita por decisão da superintendência de fiscalização, procuradoria da ANEEL e é avaliado por um dos diretores da agência, até seu julgamento final em reunião da diretoria, onde o processo será julgado por todos os diretores. Em todas as etapas a Companhia possui a oportunidade de expor seus argumentos diante das não conformidades apontadas e obter redução ou até mesmo o cancelamento das multas aplicadas.

Atualmente, a Companhia possui 08 processos de infração em tramitação na ANEEL que totalizam R\$ 10,5 milhões. Em Julho de 2014, 13 processos que correspondiam a R\$ 39 milhões em multas foram convertidos em TAC (termo de ajustamento de conduta), conforme aprovado no plano de transição da Companhia e pelos extratos publicados no Diário Oficial em 17 de julho de 2014, e seus valores serão revertidos em investimentos, reconhecidos como obrigações especiais, na melhoria do serviço prestado.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 1.404 reclamações ajuizadas por ex-empregados da Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17 Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas-- Continuação

Trabalhistas--Continuação

Dos processos trabalhistas existentes, constam 2 (duas) ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e 10 (dez) ações coletivas movidas pelos Sindicatos representantes das categorias dos empregados, quais sejam:

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará, Sindicato dos Engenheiros do Estado do Pará, Sindicato dos Eletricitários do Estado do Pará, as quais envolvem valores relevantes e versam sobre os seguintes temas: (i) duração do trabalho (excesso de jornada, concessão de intervalos); (ii) condições de medicina e meio-ambiente do trabalho; (iii) pagamento de adicional de periculosidade; (iv) dano moral decorrente de acidente de trabalho; (v) implementação das promoções, devidas em decorrência de Plano de Classificação de Cargos e Salários; (vi) diferença salarial em razão da isonomia constitucional; (vii) diferenças de periculosidade e do adicional para dirigir; (viii) vales alimentação e natalício; e (ix) demais vantagens e benefícios previstos no atual Acordo Coletivo de Trabalho da Empresa.

Existem outras duas ações relevantes propostas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará e pelo Sindicato dos Eletricitários do Estado do Pará as quais postulam a incidência dos adicionais de periculosidade, horas extras, sobreaviso e noturno sobre a remuneração. O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em sede de Recurso Ordinário, excluiu o pagamento do adicional de sobreaviso sobre a periculosidade. O Tribunal Superior do Trabalho confirmou o Acórdão Regional, em todo o seu teor. Atualmente, os processos foram liquidados e se encontram em fase de execução. Os processos estão provisionados em R\$ 35.315 e R\$ 4.908.

As demonstrações financeiras findas em 30 de setembro de 2014 contemplam provisão de R\$ 75.015 (R\$ 78.603 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 36.461 (R\$ 23.785 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão. As ações relevantes com diagnóstico possível versam sobre ação civil pública requerendo o pagamento de adicional de periculosidade aos colaboradores e reclamações trabalhistas individuais requerendo o pagamento de verbas rescisórias envolvendo empresas terceirizadas prestadoras de serviços, respondendo a Celpa apenas subsidiariamente nesses pleitos.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17 Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas-- Continuação

Trabalhistas--Continuação

A Companhia está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

Os processos nos quais a Companhia é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a gerência jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado como de “curto prazo”. Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado como de “longo prazo”.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de março de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas estão demonstradas a seguir:

Empresas	Natureza da operação	Vencimento	30/09/2014		31/12/2013	
			Passivo	Receita / Despesa	Passivo	Receita / Despesa
Equatorial Energia (Controladora)	Cessão de Créditos (a)	31/08/2026	447.097	(30.951)	416.147	(17.390)
	Derivativos(b)	28/05/2013	-	-	-	(3.571)
	Mútuo	02/05/2016	101.971	(5.487)	-	-
	AFAC (c)	n.a	306.000	-	-	-
			855.068		416.147	
Circulante			26.971		-	
Não Circulante			828.097		416.147	

- (a) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da CELPA.
- (b) A Companhia pactuou com a Equatorial Energia em 14 de dezembro de 2012, operação de SWAP para proteção cambial referente aos créditos dos Bond Holders cedidos à Equatorial no Plano de Recuperação Judicial; esta operação foi baixada no vencimento, que ocorreu em 28 de maio de 2013.
- (c) Aporte para Futuro Aumento de Capital derivado da obrigação assumida pelo Controlador de aportar recursos novos no montante de R\$700 milhões até dezembro de 2014, definido no Plano de Recuperação Judicial e no Plano de Transição da ANEEL. Obrigação plenamente cumprida em 04 de abril de 2014.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18 Partes relacionadas--Continuação

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria foi fixada em até R\$8.500, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de abril de 2014.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 30 de setembro de 2014:

Conselho de Administração

Remuneração fixa: 100%

Diretoria

Remuneração fixa: 49%

Remuneração variável: 51%

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela Companhia no período:

30/09/2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	08	08	16
Remuneração fixa anual	692	3.942	4.634
Salário ou Pró-labore	577	2.821	3.398
Benefícios diretos e indiretos	115	1.121	1.236
Valor total da remuneração por órgão	692	3.942	4.634

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18 Partes relacionadas--Continuação

Garantias de partes relacionadas

A Companhia tem sua controladora, Equatorial Energia S.A, como sua avalista ou fiadora em 100% do montante do passivo para os contratos de financiamentos abaixo listados:

INSTITUIÇÃO	VALOR DO FINANCIAMENTO	% DO AVAL	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR LIBERADO	30/09/2014
Banco Interamericano de Desenvolvimento (RJ)	121.095	100	01/09/2012	31/08/2026	121.095	162.914
Ministério da Fazenda - FGNF (Terro de Parcelamento de Débitos - 19/12/2012)	131.900	100	19/11/2012	19/10/2017	Renegociado sem aval da EQTL	0
Banco Itaú (Capital de Giro CCB)	200.000	100	25/11/2013	25/11/2015	200.000	213.059
Banco CitBank (Capital de Giro CCB)	175.000	100	25/11/2013	25/11/2015	175.000	188.078
Banco CitBank (Capital de Giro CCB)	80.000	100	23/07/2014	23/04/2015	80.000	88.610
Banco IBM (Capital de Giro)	11.700	100	22/01/2014	24/07/2017	11.700	10.133
Banco IBM (Capital de Giro)	10.000	100	19/09/2014	19/03/2018	10.000	10.032
Banco Itaú (Notas Promissórias)	200.000	100	17/06/2014	14/12/2014	200.000	206.903
Austral Seguradora (Garantia Judicial 2008.34.00.039764-6 - AIANEEL nº 004/2007)	16.065	100	29/01/2013	29/01/2015	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia Judicial 0021347-94.2009.4.01.3400 - AI ANEEL nº 001/2007)	11.386	100	01/05/2014	01/05/2016	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia Judicial 50941-85.2011.4.01.3400 - AIANEEL nº 008/2008)	15.710	100	01/05/2014	01/05/2016	NA	NA
Fairfax Brasil Seguros (Seguro Judicial nº. 12901-34-2011-4-01-3400 - AI ANEEL nº 009/2008)	4.075	100	13/06/2013	13/06/2015	NA	NA
Banco Itaú (Fiança Bancária - Beneficiário COMTRAFO - nº. 100414050008500)	2.280	100	20/05/2014	18/02/2015	NA	NA
Banco Itaú (Fiança Bancária - Beneficiário Duke Energy - nº. 100413100157100)	1.454	100	16/10/2013	31/12/2014	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 006/2013 - 48500.002921/2013-25)	122	100	01/04/2014	01/10/2014	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 10/2013 A-5)	382	100	04/12/2013	02/10/2014	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 005/2014 - 13º Leilão)	887	100	24/04/2014	24/10/2014	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 003/2014 A-3)	66	100	28/05/2014	17/10/2014	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado Terra industrial)	1.825	100	13/12/2013	13/12/2015	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado Município de Marabá)	486	100	01/01/2014	01/01/2016	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado Banco Guanabara S/A)	9.128	100	10/03/2014	10/03/2017	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado PETROS)	36.808	100	10/03/2014	10/03/2017	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado PINE)	33.120	100	09/09/2014	09/09/2015	NA	NA
Total	1.063.489				797.795	879.729

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

19 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	30/09/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	939	-	801	-
Ministério de Minas e Energia - MME	467	-	194	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	20.638	22.216	16.335	20.589
Programa de Eficiência Energética – PEE	47.517	42.624	36.405	39.501
Total	69.561	64.840	53.735	60.090

20 Recuperação judicial

	30/09/2014	31/12/2013
Credores Operacionais (a)	297.803	352.750
Encargos Setoriais (b)	78.580	89.513
Intragrupos (c)	64.610	61.896
(-) Ajuste a valor presente	(83.627)	(86.285)
Total	357.366	417.874
Circulante	86.978	85.254
Não circulante	270.388	332.620

- (a) Valores devidos aos credores ligados à operação da Companhia, tais como prestadores de serviços, fornecedores de materiais, locatários, entre outros que foram homologados no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da CELPA.
- (b) Refere-se aos encargos RGR, CCC, Taxa de fiscalização, CDE, Proinfa e MME parcelados no âmbito da Recuperação Judicial
- (c) Refere-se aos créditos detidos por empresas integrantes do antigo grupo controlador que se encontram parcelados no âmbito da recuperação Judicial.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

21 Outras contas a pagar

	30/09/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamento de consumidores (a)	32.972	-	31.903	-
Taxas regulamentares	668	-	-	-
Indenizações trabalhistas	20	-	-	-
Convênios de arrecadação	2.229	-	2.206	-
Créditos tributários - CCC (b)	-	143.553	-	83.708
Encargos tarifários	1.224	-	1.229	-
Entidades seguradoras	202	-	202	-
Multas regulatórias (c)	43.944	-	43.944	-
Taxa de iluminação pública	9.388	-	9.346	-
ANEEL - Autos de Infração (d)	11.687	36.658	5.334	14.225
Outras contas a pagar (e)	41.150	3.098	48.009	3.097
Total	143.484	183.309	142.173	101.030

- (a) Refere-se a adiantamentos recebidos de consumidores com a finalidade de assegurar os investimentos necessários ao atendimento, pela Companhia, ao consumidor.
- (b) Refere-se a créditos tributários a restituir ao Fundo CCC conforme Resolução Normativa N° 427/11.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

21 Outras contas a pagar--Continuação

- (c) Refere-se ao passivo por violação do limite de continuidade individual dos indicadores DIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão), FIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de frequência de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão) e DMIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração máxima de interrupção contínua por unidade consumidora ou por ponto de conexão). Em relação ao período de apuração (mensal, trimestral ou anual), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o período de apuração. No caso de violação do limite de continuidade individual do indicador DICRI (limite de continuidade estabelecido para o indicador de duração da interrupção individual ocorrida em dia crítico por unidade consumidora ou ponto de conexão), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o mês de ocorrência da interrupção. Cabe destacar que no plano de transição aprovado pela ANEEL a CELPA fica desobrigada até a próxima revisão tarifária em realizar as compensações aos consumidores pela violação dos indicadores de continuidade mencionados, ficando a empresa obrigada em contabilizar esses valores e realizar investimentos não remunerados (obrigações especiais).
- (d) Refere-se a saldos de Parcelamentos de Multas Regulatórias inscritas em Dívida Ativa parceladas em Agosto de 2012 e Multas Regulatórias não inscritas em Dívida Ativa na modalidade espontânea Lei 12.996/2014 em Agosto de 2014. O valor das parcelas será acrescido de juros de 1% mais à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
- (e) Dos valores de outras contas a pagar, R\$ 41.150, temos como principal composição R\$8.018 referente à provisão de honorários do Administrador e do Contador da Recuperação Judicial, R\$ 32.921 referente ao provisionamento para pagamento de custos operacionais a diversos prestadores de serviços.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O capital social da Companhia em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 924.524, representado por 1.907.449.807 ações escriturais, sem valor nominal, sendo: 1.902.996.369 ações ordinárias e 4.453.438 ações preferenciais, divididas em 2.166.816 preferenciais Classe “A”; 1.085.373 preferenciais Classe “B”; e 1.201.249 preferenciais Classe “C”, cuja composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais						Número de ações	
			A	%	B	%	C	%	Total	%
Equatorial Energia	1.834.096.369	96,38%	346.012	15,97%	2	0,00%	115.903	9,65%	1.834.558.286	96,18%
Eletrobrás	20.664.721	1,09%	121.339	5,60%	1.074.634	99,01%	-	0,00%	21.860.694	1,15%
Outros	48.235.279	2,53%	1.699.465	78,43%	10.737	0,99%	1.085.346	90,35%	51.030.827	2,67%
Total	1.902.996.369	100,00%	2.166.816	100,00%	1.085.373	100,00%	1.201.249	100,00%	1.907.449.807	100,00%

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2013, os acionistas da Companhia homologaram o aumento de capital, no valor de R\$405.592, mediante a emissão de 1.843.598.873 novas ações ordinárias, ao preço de R\$ 0,22 por ação, conforme aprovado na AGE realizada em 26 de dezembro de 2012.

Em reunião da diretoria realizada em 27 de setembro de 2013 foi aprovada absorção de prejuízos com recursos de sócios no montante de R\$ 433.741.

Os dividendos atribuídos às ações ordinárias não poderão ser superiores aos pagos a quaisquer das classes das ações preferenciais. Conforme estabelece o Estatuto da Companhia:

- As ações preferenciais de classe “A” têm direito a receber dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações;
- As ações preferenciais de classe “B” têm direito a receber dividendo mínimo de 10% ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações;
- As ações preferenciais de classe “C” têm direito a receber dividendo mínimo de 3% ao ano sobre o valor do capital representado por essa classe de ações.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

22 Patrimônio líquido--Continuação

22.2 Reserva de reavaliação

	30/09/2014	31/12/2013
Reserva de reavaliação	221.108	252.705

22.3 Movimentação da reserva de reavaliação

	31/12/2013	Quota de Reavaliação	Adição	Baixa	30/09/2014
Reserva de Reavaliação	382.886	(28.478)	-	(19.396)	335.012
Encargo tributário	(130.181)	-	16.277	-	(113.904)
Total	252.705	(28.478)	16.277	(19.396)	221.108

23 Receita operacional

Em 30 de setembro de 2014 e 2013, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	30/09/2014			30/09/2013		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.841.948	2.445.535	1.194.376	1.694.248	1.999.630	821.750
Industrial	4.038	989.717	360.995	3.919	929.362	285.247
Comercial	159.280	1.265.849	662.423	151.435	1.193.639	542.053
Rural	117.909	149.967	56.065	119.531	147.351	45.709
Poder público	17.993	347.230	174.040	17.696	343.430	153.252
Iluminação pública	438	284.970	89.069	366	218.744	59.250
Serviço público	1.857	184.859	56.897	1.786	178.806	47.215
Consumo próprio	274	24.539	-	277	19.174	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	(15.117)
Receita pela Disponibilidade- Uso da Rede	-	-	17.739	7	254.574	13.994
Fornecimento não faturado Reposição Tarifaria	-	-	42.483	-	-	23.730
Fornecimento não faturado diferimento de TUSD	-	-	-	-	-	(3.823)
Baixa renda	-	-	89.231	-	-	60.344
Provisão redução tarifa - Irrigação	-	-	-	-	-	(48)
Suprimento CCEE	-	-	51.264	-	-	69.948
Receita de construção	-	-	614.035	-	-	282.191
Outras	-	-	13.029	-	-	18.363
Total	2.143.737	5.692.665	3.421.646	1.989.265	5.284.710	2.404.057

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

24 Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Receita bruta operacional		
Fornecimento de energia elétrica	2.655.743	1.139.399
Receita operacional	2.612.499	1.127.914
Remuneração financeira WACC	43.244	11.485
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	17.739	894.156
Suprimento de energia elétrica	51.264	69.948
Receita de construção (a)	614.035	282.191
Outras receitas	82.865	18.363
Total da receita bruta operacional	3.421.646	2.404.057
ICMS sobre a venda de energia elétrica	(570.651)	(428.961)
PIS e COFINS	(252.468)	(190.476)
ISS	(2.067)	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	(3.710)
Pesquisa e Desenvolvimento P & D	(3.600)	(4.309)
Programa de eficiência Energética - EPE	(1.800)	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.403)	(3.282)
Estudo de Eficiência Energética - PEE	(8.999)	(6.542)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(3.600)	(2.873)
Outros	-	(4.063)
Deduções à receita operacional	(848.588)	(644.216)
Receita operacional líquida	2.573.058	1.759.841

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

24 Receita operacional líquida--Continuação

- (a) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

25 Custos do serviço e despesas operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos/Despesas Operacionais	30/09/2014			
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	(64.068)	(18.364)	(27.433)	(109.865)
Material	(11.724)	(1.256)	(886)	(13.866)
Serviço de terceiros	(113.490)	(89.543)	(37.797)	(240.830)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	(3.821)	-	-	(3.821)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.924.504)	-	-	(1.924.504)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(68.069)	-	-	(68.069)
Custo de construção	(614.035)	-	-	(614.035)
Depreciação amortização	(127.905)	-	-	(127.905)
Arrendamentos e aluguéis	(8.412)	-	(2.458)	(10.870)
Subvenção - CCC	20.641	-	-	20.641
Recuperação de despesas	698.324	13.539	26	711.889
Outros	127	(11.572)	(15.398)	(26.843)
Total	(2.216.936)	(107.196)	(83.946)	(2.408.078)

Custos/despesas operacionais	30/09/2013			
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	(54.101)	(4.037)	(35.820)	(93.958)
Material	(4.141)	(1.067)	(3.611)	(8.819)
Serviço de terceiros	(105.385)	(72.174)	(52.443)	(230.002)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	(3.912)	-	-	(3.912)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.267.830)	-	-	(1.267.830)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(52.519)	-	-	(52.519)
Custo de construção	(282.191)	-	-	(282.191)
Depreciação amortização	(97.954)	-	-	(97.954)
Arrendamentos e aluguéis	(3.142)	-	(3.403)	(6.545)
Subvenção - CCC	24.428	-	-	24.428
Recuperação de despesas (a)	335.233	-	2.601	337.834
Outros	(2.801)	676	(32.744)	(34.869)
Total	(1.514.315)	(76.602)	(125.420)	(1.716.337)

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

26 Energia elétrica comprada para revenda

	MWh (*)		R\$	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Contratos cotas de garantias	2.093.781	2.089.009	(65.120)	(59.504)
Contratos Eletronuclear	214.497	215.658	(42.225)	(26.074)
Encargo de energia de reserva	-	-	(1.818)	(7.607)
Energia bilateral	154.766	161.496	(32.133)	(29.898)
Energia de curto prazo – CCEE (a)	1.001.630	812.125	(903.906)	(371.432)
Energia de leilão	4.656.015	4.504.102	(934.892)	(794.037)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	122.061	121.927	(32.318)	(30.692)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (b)	-	-	87.908	51.414
(-) Recuperação custo de energia (c) (d)	-	-	698.324	335.233
Total	8.242.750	7.904.317	(1.226.180)	(932.597)

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

No segundo trimestre de 2014 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram aumento decorrente aos seguintes fatores: (i) aumento no preço de liquidação da CCEE – PLD que atingiu o limite máximo de R\$ 822 /MWh, devido a redução do nível de água dos reservatórios e necessidade de despachos das térmicas para atender a demanda nacional; (ii) O aumento da exposição involuntária da empresa pelo atraso de entrada em operações das Usinas que compõem o 12º leilão de energia nova e 2º leilão de fonte alternativa e cancelamentos de contratos relacionados ao grupo Bertin, referente ao 6º e 7º leilão de energia nova. Com a publicação do Decreto nº 8.221 publicado em 02 de abril de 2014, que dispõe sobre a criação da Conta ACR, as distribuidoras irão recuperar a sua despesas decorrentes a exposição involuntária de curto prazo e despacho de térmicas vinculadas ao CCEAR por disponibilidade, a partir da liquidação de fevereiro de 2014, através do empréstimo de dois empréstimos sendo de R\$ 11,2 bilhões e de R\$ 6,6 bilhões que será repassado mensalmente pela CCEE aos agentes distribuidores.

- (a) O valor refere-se a crédito de PIS e COFINS não cumulativo, na forma das Leis 10.637 de 2002 e 10.833 de 2003, originário de aquisição de energia elétrica para revenda.
- (b) O Decreto nº 7.945 de março de 2013 determinou o repasse de recursos da CDE para as distribuidoras, com a intenção de neutralizar parte dos problemas de caixa e resultado, em função da tendência de elevação nos custos. A contabilização dos recursos cobertos por esse repasse de CDE no resultado da Companhia, como redutora do grupo “Energia comprada para revenda”, totalizando R\$35.681.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

26 Energia elétrica comprada para revenda--Continuação

- (c) O Decreto nº 8.221 publicado em 02 de abril de 2014, instituindo a criação da “CONTA-ACR”, através da qual as distribuidoras irão recuperar as suas despesas decorrentes da exposição involuntária de curto prazo e despacho de térmicas vinculadas ao CCEAR por disponibilidade. A Companhia registrou de fevereiro a setembro de 2014 um total de R\$ 662.643. No dia 06 de outubro de 2014 a Companhia recebeu através do despacho nº 3.968, o valor de R\$ 75,4 milhões referente à liquidação de agosto de 2014 e estima receber em novembro de 2014 o valor de R\$ 79 milhões referente à competência de setembro de 2014.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

27 Resultado financeiro

	30/09/2014	30/09/2013
Receitas financeiras:		
Acréscimo moratório de venda de energia	68.188	39.319
Ajuste de valor presente RJ	(2.660)	31.577
Descontos obtidos	4.756	-
Juros ativos	4.377	16.528
Operação de swap	58.785	2.540
Outras receitas	72.580	10.533
Rendas financeiras	25.437	14.201
Variações monetárias	70.796	39.763
Total das receitas financeiras	<u>302.259</u>	<u>154.461</u>
Despesas financeiras:		
Ajuste a valor presente parcelamentos	(4.814)	-
Encargos com parte relacionada	(4.549)	-
Encargos de dívidas	(133.359)	(111.174)
Juros passivos	(28.481)	(17.256)
Multas moratórias e compensatórias	(4.345)	(3.277)
Multas por violação de metas/transg. de faixa	(41.410)	(33.435)
Multas Regulatórias	(2.072)	(34.990)
Operações de swap	(51.876)	(6.110)
Outras despesas	(48.735)	(20.434)
Variações monetárias e cambiais	(112.698)	(56.268)
Total das despesas financeiras	<u>(432.339)</u>	<u>(282.944)</u>
Resultado financeiro	<u>(130.080)</u>	<u>(128.483)</u>

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
 Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

28 Prejuízo por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir reconcilia o prejuízo do período com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído.

	30/09/2014				Total
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	
Numerador					
Prejuízo do período	(16.124)	(18)	(9)	(10)	(16.162)
Denominador					
Média ponderada por classe de ações	1.902.996	2.167	1.085	1.201	1.907.449
Prejuízo diluído por ação	(0,00847)	(0,00847)	(0,00847)	(0,00847)	(0,00847)

	30/09/2013				Total
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	
Numerador					
Prejuízo do período	(117.688)	(134)	(67)	(74)	(117.963)
Denominador					
Média ponderada por classe de ações	1.902.996	2.167	1.085	1.201	1.907.449
Prejuízo diluído por ação	(0,0618)	(0,0618)	(0,0618)	(0,0618)	(0,0618)

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29 Entidade de previdência privada

A Companhia patrocina em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social., cuja administração é feita por meio da RedePrev - Fundação Rede de Previdência e da Fascemar - Fundação de Previdência Complementar, entidades fechadas de previdência complementar, multipatrocinadas, constituídas como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Em razão da aquisição da Centrais Elétricas do Pará – CELPA pela Equatorial Energia S/A, a referida patrocinadora decidiu transferir a gestão dos Planos de Benefícios, administrados pela RedePrev, para a FASCEMAR – Fundação de Previdência Complementar. A referida transferência não implica em alteração nas condições de direitos e obrigações estabelecidos nos respectivos Regulamentos dos planos patrocinados. A aludida transferência está se processando em duas etapas, a primeira englobando os planos Celpa BD I e Celpa BD II e a segunda abrangendo os planos Celpa OP e Celpa R.

A PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), aprovou a transferência de gestão dos planos Celpa BD I e Celpa BD II da RedePrev para a Fascemar, através das portarias de nºs 200 e 201 publicadas no Diário Oficial da União de 17 de abril de 2014. Em 1º de julho de 2014 foi realizada a transferência dos referidos Planos para a gestão da FASCEMAR.

A RedePrev protocolou em 02 de setembro de 2014 junto a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC pedido de transferência de gestão para a Fascemar dos planos Celpa R e Celpa OP.

A CELPA, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do semestre findo em 30 de setembro de 2014, esse valor corresponde a R\$2.142(R\$3.266 em 30 de setembro de 2013).

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29 Entidade de previdência privada--Continuação

Os planos de benefícios instituídos pela Companhia são:

a) Plano de Benefícios CELPA BD-I – Administração Fascemar

Instituído em 30 de julho de 1982, está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. Esse plano encontra-se bloqueado para novas adesões desde 01 de janeiro de 1998. Assegura os seguintes benefícios: complementação de aposentadoria por invalidez; complementação de aposentadoria por idade; complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; complementação de aposentadoria especial; complementação de pensão; e, complementação do abono anual.

b) Plano de Benefícios CELPA BD-II – Administração Fascemar

Instituído em 01 de janeiro de 1998, encontra-se bloqueado a novas adesões de participantes desde 01 de janeiro de 2000, quando foi instituído os Planos Celpa-OP e R. O Plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, assistidos e pela patrocinadora. Assegura os seguintes benefícios: complementação de aposentadoria por invalidez; complementação de aposentadoria por idade; complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; complementação de aposentadoria especial; complementação de pensão por morte; Benefício Proporcional Diferido e, complementação do abono anual.

c) Plano de Benefícios - R - Administração Redeprev

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12/1/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante dos extintos Planos de Benefícios CELPA – R, CEMAT – R e ELÉTRICAS – R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

Os benefícios são custeados exclusivamente pela CELPA e de forma solidária com as demais patrocinadoras, Centrais Elétricas do Matogrossenses S.A. – CEMAT e as empresas do Grupo Rede Energia.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29 Entidade de previdência privada--Continuação

c) Plano de Benefícios - R - Administração Redeprev-Continuação

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos de Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

Quando da transferência para a Fascemar, o plano sofrerá a cisão dos ativos e passivos que integram seu patrimônio, mediante segregação atuarial e contábil do referido patrimônio entre suas patrocinadoras e a parcela correspondente a Celpa será transformada no **Plano CELPA R**.

d) Plano de Benefícios CELPA-OP - Administração Redeprev

Instituído em 01/01/2000 e assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

É executado de forma indissociável do Plano de Benefícios “R” da RedePrev, que engloba os chamados benefícios de risco.

São patrocinadoras do Plano CELPA OP as empresas CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA e a REDEPREV – Fundação Rede de Previdência.

Quando da transferência para a Fascemar, o plano sofrerá a cisão dos ativos e passivos e as parcelas correspondentes da participação da Companhia, será transformado em Plano **CELPA OP**.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio.

b. Política de utilização de derivativos

A CELPA poderá utilizar operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros--Continuação

c. Valor justos dos ativos financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão identificados a seguir:

	30/09/2014		31/12/2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	139.001	139.001	109.294	109.294
Investimentos de curto prazo	184.320	184.320	130.106	130.106
Contas a receber de clientes	841.891	841.891	595.387	595.387
Depósitos judiciais	104.843	104.843	131.939	131.939
Ativo financeiro da concessão	776.721	776.721	600.544	600.544
Sub-rogação da CCC - Valores Aplicados	178.568	178.568	185.688	185.688
Instrumentos financeiros derivativos	28.478	28.478	4.519	4.519
Passivos financeiros				
Fornecedores	720.330	720.330	477.143	477.143
Empréstimos e financiamentos	1.864.415	1.864.415	1.534.310	1.534.310
Partes relacionadas	549.068	549.068	416.147	416.147

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.
- **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Ativo financeiro de concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.
- **Fornecedores** – Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros--Continuação

c. Valor justos dos ativos financeiros--Continuação

- **Empréstimos e financiamentos** – os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.
- **Derivativos** – são classificados como instrumentos derivativos e têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexadas ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475

- **Risco de crédito** - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros--Continuação

e. *Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação*

- **Risco de liquidez** - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota nº 16.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, quem em virtude da Recuperação Judicial, serão renegociados.
- **Risco Cambial**– Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição ao câmbio é de 37,5% de sua dívida. A CELPA monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas 30 de setembro de 2014 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros--Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Incluimos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Variação Cambial						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%	Cenário IV - 25%	Cenário V - 50%
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos e Financiamentos	USD	(35.738)	(172.565)	(309.393)	101.089	237.917
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 30/09/2014	25%	50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$		2,45	3,06	3,68	1,84	1,23

De acordo com o CPC 40, apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, que podem ser assim resumidos:

Instrumentos derivativos da Companhia

Operações passivas				Valor justo	
Objetivo de hedge de risco de mercado (a)	Indexadores	Vencimento		30/09/2014	31/12/2013
SWAP ITAÚ					
Ponta ativa	US\$	25/11/2015		27.355	17.932
Ponta passiva	CDI	25/11/2015		(15.373)	(15.082)
TOTAL				11.982	2.850
SWAP CITIBANK					
Ponta ativa	US\$	25/11/2015		24.924	16.519
Ponta passiva	CDI	25/11/2015		(15.110)	(14.850)
TOTAL				9.814	1.669
SWAP CITIBANK					
Ponta ativa	US\$	23/04/2015		8.610	-
Ponta passiva	CDI	23/04/2015		(1.928)	-
TOTAL				6.682	-
TOTAL GERAL				28.478	4.519

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros--Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

- **Risco de vencimento antecipado** - A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos que, em geral, requerem o cumprimento de determinadas cláusulas contratuais. O descumprimento dessas cláusulas pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento. Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de covenants financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.
- **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros**- As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 30 de setembro de 2014 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros--Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Incluimos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%	Cenário IV - 25%	Cenário V - 50%
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações Financeiras	CDI	10.060	12.575	15.090	7.545	5.030
PASSIVOS FINANCEIROS						
	CDI	(21.810)	(21.810)	(21.810)	(21.810)	(21.810)
Empréstimos e Financiamentos	TJLP	(89)	(89)	(89)	(89)	(89)
	IGPM	(4.938)	(4.938)	(4.938)	(4.938)	(4.938)
Referência para ATIVOS e PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 30/09/2014	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% acumulado ano)		10,33	12,91	15,49	7,75	5,16
TJLP (% acumulado ano)		5,00	6,25	7,50	3,75	2,50
IGP-M (% acumulado ano)		3,54	4,43	5,32	2,66	1,77
IPCA (% acumulado ano)		6,75	8,44	10,13	5,06	3,38

O Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido da Companhia é demonstrada abaixo:

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido		
Cenários	Resultado do Exercício (Lucro / Prejuízo)	Patrimônio Líquido
Cenário Provável	-	-
Cenário II	(122.224)	(93.196)
Cenário III	(244.449)	(186.392)
Cenário IV	122.224	151.252
Cenário V	244.449	302.50

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30 Instrumentos financeiros--Continuação

e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

- **Risco de Escassez de Energia** - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

f. Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazos dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida / EBITDA
- Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo / Dívida Total

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

31 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

Energia Contratada	Vigência	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
	2011 a 2042	1.197.971	1.720.707	1.728.616	2.206.785	2.447.757	82.409.397

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

32 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

33 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras intermediárias, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Ramo do Seguro	Vencimento das Apólices	Importância Segurada
Responsabilidade Civil Geral - Operações	30/12/2014	20.000
Riscos Operacionais	30/12/2014	341.038
Automóvel (a)	30/12/2014	-

(a) 38 veículos próprios segurados, conforme apólices.

Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial”

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

34 Eventos subsequentes

- a) A Companhia é enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustível Fósseis – CCC de acordo com a resolução autorizativa ANEEL Nº 3.405 de 27 de março de 2012. No dia 08 de outubro de 2014, foi recebido da Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRAS o montante de R\$ 66.669 a título de crédito CDE Sub-rogação CCC, referente ao projeto elétrico de interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional – SIN.
- b) Em 10 de outubro de 2014, a Eletrobras liberou a 3ª parcela de subvenção CDE no montante de R\$40.472 do contrato ECFS 327/2013, parcela referente ao avanço físico de 30% da tranche de Belo Monte do Programa Luz Para Todos no Pará.
- c) Em 02 de outubro de 2014 foi publicado o Despacho ANEEL Nº 4.005/14, que homologou o DMR – Diferença Mensal de Receita no montante R\$ 11.177 o qual foi recebido em 17 de outubro de 2014.

Conselho de Administração

Ana Marta Horta Veloso

Armando de Souza Nascimento

Augusto Miranda da Paz Júnior

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Haiama

Felipe Oppenheimer Pitanga Borges

Firmino Ferreira Sampaio Neto

José Guilherme Cruz de Souza

Conselho Fiscal

Efetivos

Paulo Roberto Franceschi

Renato Moritz

Sérgio Passos Ribeiro

Diretoria Executiva

Raimundo Nonato Alencar de Castro
Diretor Presidente

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Augusto Dantas Borges
Diretor

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Daniel Campos Negreiros
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Mauro Chaves de Almeida
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Izabel Corina de Oliveira Carvalho
Gerente de Controladoria
Contador
CRC PA 5.989/0-8

Belém, 31 de outubro de 2014 - As Centras Elétricas do Pará S/A (CELPA), concessionária do serviço de distribuição de energia elétrica em todo o estado do Pará, anuncia hoje os seus resultados do terceiro trimestre e primeiros nove meses de 2014. As informações não financeiras da CELPA, as relacionadas ao Programa Luz Para Todos (PLPT) assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

DEMANDA TRIMESTRAL DE ENERGIA DA CELPA CRESCE 12,6%. PERDAS TOTAIS SOBRE ENERGIA REQUERIDA (12 MESES) CAEM PARA 31,7%.

1. DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

- ▶ O volume de energia distribuída pela CELPA cresceu 12,6% neste trimestre, atingindo 1.992 GWh. A energia faturada no mercado cativo apresentou crescimento de 12,4%.
- ▶ A Receita Operacional Líquida (ROL) cresceu 61,3% no 3T14, atingindo R\$1.069 milhões, em virtude do crescimento da demanda de energia e da Receita de Construção.
- ▶ O EBITDA Regulatório Ajustado do 3T14 atingiu R\$127 milhões, fortemente influenciado pelo crescimento do volume vendido e redução nas perdas de energia no trimestre.
- ▶ O Lucro Líquido Regulatório Ajustado no 3T14 somou R\$57 milhões, também fortemente impactado pelo crescimento do mercado consumidor e redução no índice de perdas de energia no período.
- ▶ Os Investimentos da CELPA (excluindo investimentos diretos relacionados ao Programa Luz para Todos - PLPT) somaram R\$141 milhões no 3T14, aumento de 81,0% em relação aos investimentos realizados no 3T13.
- ▶ No 3T14, os índices de DEC e FEC da CELPA (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 50,2 horas e 30,3 vezes, melhoras de 39,3% e 27,2%, respectivamente, quando comparados aos índices observados ao final do 3T13.
- ▶ As perdas totais de energia dos últimos 12 meses encerrados no 3T14 representaram 31,7% da energia requerida, representando queda de 1,3 p.p. em relação aos 33,0% verificados no 2T14.
- ▶ Em agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL autorizou a CELPA a reajustar suas tarifas em 34,96% (efeito médio percebido pelo consumidor), com efeito a partir de 07 de agosto.
- ▶ Em outubro de 2014, a Companhia recebeu R\$ 67 milhões a título de reembolso de Sub-rogação CCC, referente ao projeto de interligação da Ilha de Marajó ao SIN – Sistema Interligado Nacional.
- ▶ Em setembro de 2014, a CELPA inscreveu no REFIS (Lei 12.996/14) R\$ 151 milhões em dívidas tributárias ordinárias que, após o reconhecimento de novos débitos, descontos obtidos e compensação de prejuízos fiscais, tornaram-se R\$ 98 milhões (para maiores detalhes veja seção específica).

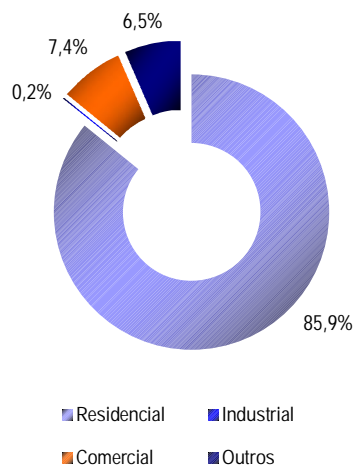
DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS (R\$MM)	3T13	2T14	3T14	Var.	9M13	9M14	Var.
Receita Operacional Líquida (ROL)	663	799	1.069	61,3%	1.760	2.573	46,2%
EBITDA	161	(92)	286	77,3%	90	241	166,1%
Margem EBITDA (%ROL)	24,3%	-11,5%	26,7%	2,4 p.p.	5,1%	9,4%	-4,2 p.p.
EBITDA (últ. 12 meses)	(286)	138	263	-191,9%	(286)	263	-191,9%
EBITDA Regulatório	45	140	253	458,3%	70	503	618,9%
EBITDA Regulatório (últ. 12 meses)	(307)	339	547	-277,9%	(307)	547	-277,9%
Resultado Operacional	69	(205)	179	160,8%	(157)	(48)	-69,4%
Margem Operacional (%ROL)	10,4%	-25,7%	16,7%	61,7%	-8,9%	-1,9%	-79,1%
Lucro Líquido (Prejuízo)	100	(196)	211	111,7%	(118)	(16)	-86,3%
Margem Líquida (%ROL)	15,0%	-24,6%	19,7%	4,6 p.p.	-6,7%	-0,6%	-6 p.p.
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação (R\$)	0,1	(0,1)	0,1	111,7%	(0,1)	(0,01)	-86,3%
Investimentos CELPA (Ex. PLPT)	78	149	141	81,0%	250	391	56,6%
Investimentos Diretos PLPT	16	45	76	374,0%	23	150	550,8%
Dívida Líquida	825	650	967	17,2%	825	967	17,2%
Dívida Líquida / EBITDA (últ. 12 meses)	-2,7 x	1,9 x	1,8 x	-0,1 x	-2,7 x	1,8 x	-0,1 x

DADOS OPERACIONAIS	3T13	2T14	3T14	Var.	9M13	9M14	Var.
Energia Vendida (MWh sem cons. próprio)	1.768.878	1.886.330	1.991.669	13%	5.010.962	5.668.126	13%
Nº de Consumidores	1.988.988	2.105.752	2.143.463	8%	1.988.988	2.143.463	8%

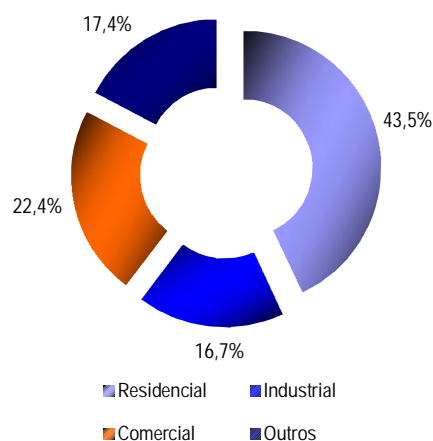
2. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PARÁ

2.1. VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

Base de Clientes (% por Classe) – 3T14



Energia Vendida (% por Classe) – 3T14



No 3T14, as vendas de energia para o mercado cativo cresceram 12,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atingindo 1.992 GWh. Tal crescimento pode ser explicado pelos seguintes fatores: (a) Redução das perdas de energia da Companhia, na medida em que parte do volume de energia consumido passa a ser faturado e também é recuperado do passado; (b) crescimento do consumo per capita aliado ao incremento de aproximadamente 7,8% em novos consumidores.

CLASSE DE CONSUMO(MWh)	3T13	2T14	3T14	Var.	9M13	9M14	Var.
Residencial	700.202	811.033	867.152	23,8%	1.999.630	2.445.535	22,3%
Industrial	339.552	326.518	346.503	2,0%	929.362	989.717	6,5%
Comercial	418.796	421.382	445.746	6,4%	1.193.639	1.265.849	6,0%
Outros	310.328	327.397	332.268	7,1%	888.331	967.025	8,9%
TOTAL (Cativo)	1.768.878	1.886.330	1.991.669	12,6%	5.010.962	5.668.126	13,1%
Consumidores Livres	87.716	92.915	95.700	9,1%	254.574	278.677	9,5%
TOTAL (Cativo + Livres)	1.856.593	1.979.245	2.087.369	12,4%	5.265.536	5.946.803	12,9%

(*) Não inclui consumo próprio

No 3T14, a carga da CELPA apresentou crescimento de 4,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, enquanto a carga nacional e da região Norte variaram -1,0% e 2,7%, respectivamente.

GWh	3T13	2T14	3T14	Var.	9M13	9M14	Var.
Carga Brasil (*)	130.797	130.608	129.433	-1,0%	390.648	403.442	3,3%
Carga Norte (*)	11.037	11.157	11.334	2,7%	28.942	33.705	16,5%
Carga CELPA (*)	2.917	2.894	3.045	4,4%	8.301	8.685	4,6%

(*) Dados referente ao Sistema Interligado Nacional
Fonte: ONS e CELPA

2.2. BALANÇO ENERGÉTICO

O volume de energia requerida pelo sistema da CELPA alcançou 3.045 GWh no 3T14, apresentando crescimento de 4,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O volume de energia vendida no trimestre cresceu 12,7% em relação ao 3T13.

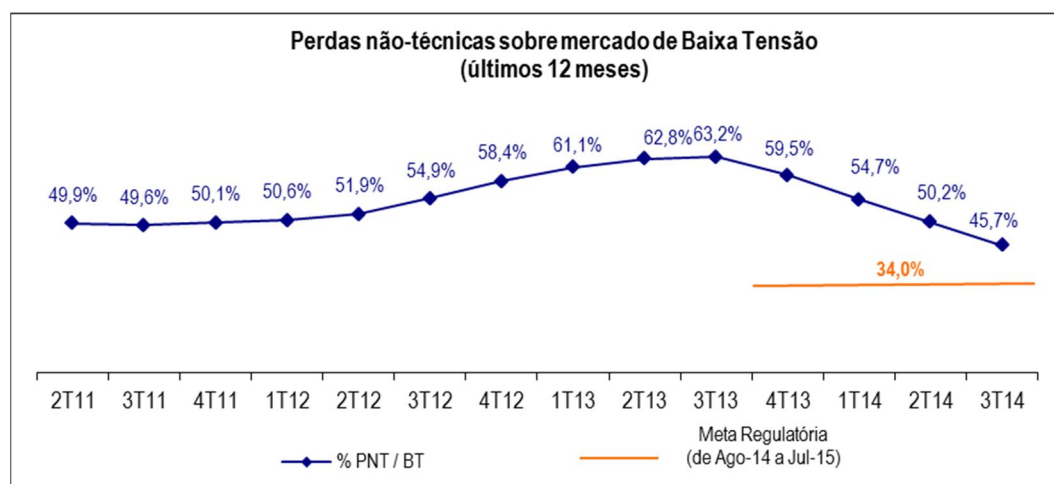
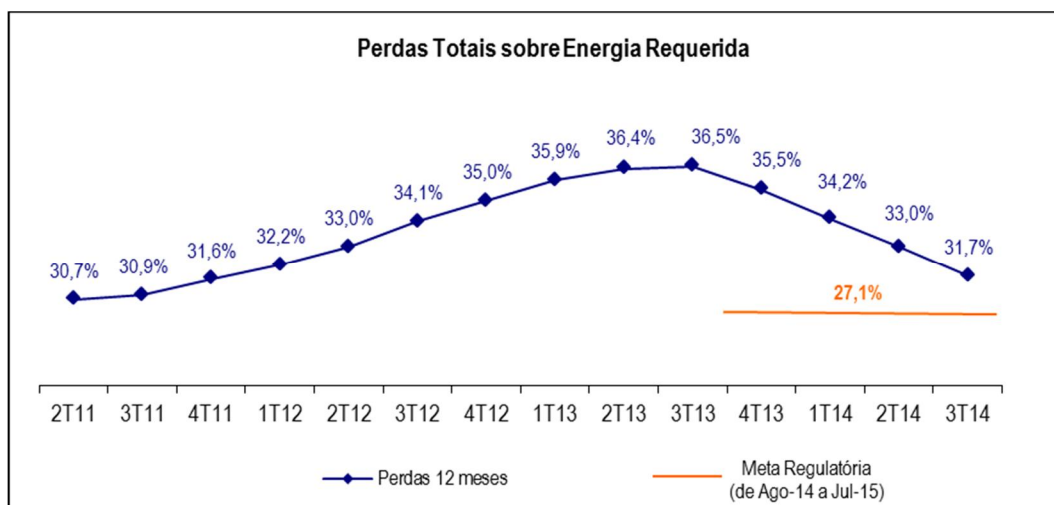
Bal. Energético (MWh)	3T13	2T14	3T14	Var.	9M13	9M14	Var.
Energia Vendida (Cativo + Cons. Próprio)	1.775.472	1.894.709	2.000.297	12,7%	5.030.136	5.692.665	13,2%
Mercado Livre	87.716	92.915	95.700	9,1%	254.575	278.677	9,5%
Perdas Totais	1.053.750	906.654	948.602	-10,0%	3.015.885	2.713.875	-10,0%
Energia Requerida	2.916.937	2.894.278	3.044.599	4,4%	8.300.595	8.685.217	4,6%
Geração Própria	115.621	113.355	121.301	4,9%	328.572	341.416	3,9%
Compra de Energia	2.801.316	2.780.923	2.923.298	4,4%	7.972.023	8.343.801	4,7%

(*) Inclui venda às classes, consumo próprio e merc. livre.

2.3. PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

As perdas totais dos últimos 12 meses encerrados no 3T14 representaram 31,7% da energia requerida, ao passo que as perdas não-técnicas sobre o mercado de Baixa Tensão atingiram 45,7%.

Destacamos o fato do nível de perdas de energia cair pelo quarto trimestre consecutivo, desde o início do atual Plano de Combate às Perdas, no 4T13. Apesar de acreditarmos ser possível reduzir o nível atual de perdas de energia, tendo em vista a sua forte queda recente, é natural observarmos uma certa desaceleração em sua queda no curto prazo.



2.4. QUALIDADE DO SERVIÇO (DEC E FEC)

O nível da qualidade e da eficiência do sistema de distribuição é medido pelos índices de DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a duração média das interrupções, em horas por cliente por período) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a frequência das interrupções, em número de interrupções por cliente por período).

Ao final do 3T14, o DEC acumulado dos últimos 12 meses alcançou 50,2 horas, que comparado às 82,7 horas do final do 3T13, representou redução de 39,3%. O indicador FEC (acumulado dos últimos 12 meses) do final do trimestre, foi de 30,3 vezes, representando redução de 27,2% em relação ao índice do fechamento do 3T13.



2.5. CUSTO MÉDIO DE COMPRA DE ENERGIA

No 3T14, o custo médio de compra de energia líquido de PIS/COFINS (excluindo custos de transporte e contabilizações de CVA) foi de R\$235,9 por MWh, representando um aumento de 93,3% em relação ao 3T13. O aumento no custo médio é explicado pelo maior despacho das usinas térmicas. Vale ressaltar que os custos de compra de energia são repassados à tarifa de venda de energia, uma vez que fazem parte da Parcela A (custos não gerenciáveis).

CUSTO MÉDIO DE AQUISIÇÃO DE ENERGIA*	3T13	2T14	3T14	Var.	9M13	9M14	Var.
Compra de Energia - Contratos (R\$MM)	252	363	414	64,0%	815	1.079	32,3%
MWh Contratado	1.760.094	1.752.208	1.911.067	8,6%	4.989.636	5.147.424	3,2%
Compra de Energia - Spot (R\$MM)	62	257	246	294,4%	233	841	261,2%
MWh - Spot	269.263	299.980	236.854	-12,0%	792.193	1.001.630	26,4%
Cotas de Garantia Física (R\$ MM)	23	21	22	-4,1%	66	65	-0,4%
MWh - Cotas	734.867	696.728	740.337	0,7%	2.085.643	2.093.781	0,4%
Custo Médio de Compra de Energia (R\$ / MWh)	122,1	233,3	235,9	93,3%	141,6	240,8	70,1%

2.6. ENERGIA CONTRATADA

No encerramento do 3T14, a posição de energia contratada da CELPA para o período de 2014 a 2018 apresentava a distribuição demonstrada na tabela a seguir. Os montantes abaixo incluem a energia contratada nos leilões de energia nova A-0, realizado em abril de 2014, A-1, realizado em dezembro de 2013, A-3 e A-5, realizados em setembro de 2008, assim como a energia contratada no Leilão da Usina de Jirau (contrato de 30 anos, iniciando no ano 2013).

CONTRATOS (MWh)	2014	2015	2016	2017	2018
Fonte Hídrica	4.705.247	3.882.735	3.972.892	4.109.437	4.743.746
Fonte Térmica	1.737.301	2.101.715	2.107.473	2.214.785	2.560.555
Cotas de Garantia Física	2.859.026	2.858.957	2.858.957	2.858.957	2.858.957
Outras Fontes	721.198	910.272	1.006.561	1.003.811	1.661.194
TOTAL - MWh	10.022.772	9.753.679	9.945.884	10.186.991	11.824.452

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. RECEITA OPERACIONAL

No 3T14, a Receita Bruta de venda de energia cresceu 38,4%, influenciada principalmente pelo aumento de 12,6% no volume de vendas, pelo aumento do consumo médio por cliente na casa de 4,3% na comparação com o 3T13 e pelo reajuste tarifário autorizado pela ANEEL de 34,96% (efeito médio percebido pelo consumidor) e aplicado pela Companhia a partir de 07 de agosto deste ano. Já a Receita Líquida atingiu R\$1.069 milhões (R\$761 milhões, desconsiderando a Receita de Construção), crescimento de 61,3% (39,5% de crescimento sem Rec. de Construção) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

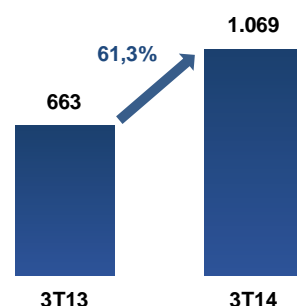
Com a convergência das regras contábeis brasileiras com os padrões internacionais (IFRS), a partir de 2010 passou a ser reconhecida na Receita Bruta a Receita de Construção, com impacto na ROL, porém sem impacto no EBITDA ou Lucro Líquido pois o mesmo valor é deduzido em linha específica dentro dos Custos Não-Gerenciáveis. Neste trimestre foram reconhecidos R\$308 milhões, ao passo que no 3T13 foram reconhecidos R\$117 milhões. Neste trimestre, devido a adesão da Companhia ao REFIS, houve o reconhecimento de R\$ 42 milhões dentro de Outras Receitas Operacionais referente ao desconto obtido. Adicionalmente, foi feita a reversão para Obrigações Especiais, valores de Ultrapassagem de Demanda e Reativo Excedente de exercícios anteriores, de R\$ 49 milhões.

ANÁLISE DA RECEITA	3T13	2T14	3T14	Var.	9M13	9M14	Var.
Volume de Vendas (MWh)*	1.768.878	1.886.330	1.991.669	12,6%	5.010.962	5.668.126	13,1%
No. de Clientes**	1.988.988	2.105.752	2.143.463	7,8%	1.988.988	2.143.463	7,8%
KWh por Cliente (no período)	889	896	929	4,5%	2.519	2.644	5,0%
Receita Bruta de Fornecimento	696	815	963	38,4%	1.926	2.524	31,1%
Residencial	303	379	471	55,5%	817	1.194	46,2%
Industrial	103	111	145	40,0%	282	361	27,8%
Comercial	194	211	260	33,8%	538	662	23,1%
Outras Classes	109	124	145	32,2%	302	376	24,6%
(-)Ultrapassagem de demanda / reativo excedente	(14)	(10)	(57)	-75,9%	(14)	(70)	411,1%
Suprimento (R\$ MM)	15	9	15	3,9%	70	51	-26,7%
Outras Receitas (R\$ MM)	46	62	112	145,6%	113	232	106,3%
Subvenção Baixa Renda	49	41	52	5,5%	97	132	36,4%
Uso da Rede	(9)	6	6	-169,0%	(2)	18	-875,2%
Outras Receitas Operacionais	6	15	54	854,1%	18	83	351,3%
Receita de Construção	117	181	308	162,6%	282	614	117,6%
Deduções à Receita (R\$ MM)	(225)	(268)	(330)	-31,8%	(644)	(849)	31,7%
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)	663	799	1.069	61,3%	1.760	2.573	46,2%

* Exclui Consumo Próprio e Consumidores Livre

** Exclui unidades consumidoras próprias e Livres

Receita Líquida - trimestral (R\$MM)



3.2. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

No 3T14, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, foi de R\$635 milhões (R\$327 milhões, desconsiderando os Custos de Construção). Grande parte do crescimento pode ser explicado pelo despacho de usinas térmicas e exposição involuntária ao mercado de curto prazo de energia, cujo custo médio do MWh foi maior do que a da energia contratada a longo prazo.

É importante destacar que os custos de compra e transporte de energia, e encargos setoriais fazem parte de Parcela A da tarifa de energia, e, portanto, variação nos mesmos decorrentes de variação de preços deve ser repassada à Companhia através do índice de reajuste tarifário anual (IRT), não devendo representar uma perda econômica para a mesma.

R\$ MM	3T13	2T14	3T14	Var.	9M13	9M14	Var.
Pessoal	29	39	39	32,8%	98	116	18,9%
Participação no Resultado (incluído em Pessoal)		5	5	N/A	0	14	N/A
Material	4	6	3	-4,3%	9	14	57,2%
Serviço de Terceiros	90	85	82	-8,9%	230	241	4,7%
Outros	33	8	10	-69,0%	43	28	-34,5%
PMSO	156	138	134	-13,9%	379	399	5,2%
<i>% Receita Líquida (s/ Rec Construção)</i>	<i>29%</i>	<i>22%</i>	<i>18%</i>	<i>-10,9 p.p.</i>	<i>26%</i>	<i>20%</i>	<i>-5,3 p.p.</i>
Provisões	7	12	14	88,6%	47	46	-2,8%
PDD e Perdas	4	13	15	286,8%	43	50	15,8%
<i>% Receita Bruta (s/ Receita de Construção)</i>	<i>0,5%</i>	<i>1,4%</i>	<i>1,4%</i>	<i>0,8 p.p.</i>	<i>2,0%</i>	<i>1,8%</i>	<i>-0,2 p.p.</i>
Provisões para Contingências	(3)	(0)	(2)	47,7%	(4)	(4)	11,8%
Provisão Plano de Pensão	-	-	-	N/A	1	-	100,0%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	9	7	12	32,9%	16	25	58,7%
CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS	172	158	160	-7,1%	442	469	6,2%
<i>% Receita Líquida (s/ Receita e sem custo de Construção)</i>	<i>32%</i>	<i>25%</i>	<i>21%</i>	<i>-10,5 p.p.</i>	<i>30%</i>	<i>24%</i>	<i>-5,9 p.p.</i>
Energia Comprada e Transporte	209	557	309	48,1%	933	1.226	31,5%
Encargos Uso Rede e Conexão	18	19	30	62,9%	53	68	29,6%
Custo de Construção	117	181	308	162,6%	282	614	117,6%
Subvenção CCC	(83)	(62)	(80)	2,9%	(228)	(216)	5,3%
Materia prima p/ produção de energia elétrica	77	45	69	-10,3%	204	195	-4,1%
CUSTOS E DESPESAS NÃO-GERENCIÁVEIS	339	740	635	87,7%	1.243	1.888	51,9%
<i>% Receita Líquida (s/ Receita e s/Custo de Construção)</i>	<i>40,6%</i>	<i>90,5%</i>	<i>43,0%</i>	<i>2,4 p.p.</i>	<i>65,0%</i>	<i>65,0%</i>	<i>0 p.p.</i>
TOTAL	510	898	795	55,8%	1.685	2.357	39,9%
Total (%Rec. Líq. c/ Rec Construção)	77%	112%	74%	-2,6 p.p.	96%	92%	-4,1 p.p.

3.3. EBITDA

No 3T14, o EBITDA Societário apresentado foi de R\$286 milhões, principalmente em função da contabilização de R\$ 334 milhões em receita da Conta ACR referente aos meses de maio, junho, julho e agosto.

Entretanto, para a apuração do EBITDA Regulatório este efeito é neutro, uma vez que consideramos o ajuste de Ativos e Passivos regulatórios líquidos. Considerando o EBITDA Regulatório Ajustado, atingimos R\$127 milhões no 3T14, em comparação a R\$69 milhões no mesmo trimestre do ano anterior.

Dentre os impactos não recorrentes deste trimestre, destacamos: i) Reconhecimento do chamado ativo de Sobrecontratação relativo ao exercício de 2013 que não estava gerando ativo regulatório correspondente. Este valor só é apurado após o fechamento do ano civil para inclusão no reajuste tarifário seguinte, o que, no caso da Companhia, ocorreu apenas em agosto/14, no valor de R\$ 92 milhões, ii) descontos obtidos pela Companhia pela sua adesão ao Refis no valor de R\$ 42 milhões, e iii) reconhecimento de componentes financeiros maiores do que estavam previamente reconhecidos pela Companhia.

EBITDA (R\$ milhões)	3T13	2T14	3T14	Var.	9M13	9M14	Var.
Resultado do Serviço	112	(142)	219	96,2%	(29)	82	-383,9%
Depreciação e Amortização	40	43	54	34,8%	104	134	29,2%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	9	7	12	32,9%	16	25	58,7%
EBITDA Societário IFRS	161	(92)	286	-71,8%	90	241	166,1%
Formação de Ativos Regulatórios	(125)	234	(53)	57,5%	(13)	248	-1969,4%
Atualização Monetária de Ativos/Passivos Regulatórios	(2)	(2)	(6)	-191,8%	(9)	(12)	28,8%
Despacho Aneel 4991/11	9		27	206,4%	0	27	31195,2%
EBITDA Regulatório	43	140	253	485,4%	68	504	641,9%
Ajuste PMSO	26			N/A	26		N/A
Compra de Energia		(22)	17	N/A		(41)	N/A
Sistemas Isolados		(11)		N/A		(11)	N/A
Ajustes 3T14			(143)	N/A		(143)	N/A
EBITDA Regulatório Ajustado	69	107	127	83,2%	94	309	228,8%

3.4. RESULTADO FINANCEIRO

No 3T14, a Companhia apresentou resultado financeiro líquido negativo em R\$41 milhões, versus um resultado negativo em R\$43 milhões no 3T13.

No resultado financeiro deste trimestre, destacamos alguns impactos não-recorrentes: i) em Outras Receitas, houve o reconhecimento de R\$ 39 milhões em descontos e reversão de juros sobre multas regulatórias incluídas no saldo de dívidas federais repactuadas pela Lei 12.996/14; ii) em Encargos de Dívidas, houve o reconhecimento de R\$ 25 milhões em encargos relativos à inclusão de dívidas tributárias no Parcelamento previsto na Lei 12.996/14.

Também é importante destacar o impacto de variação cambial sobre a dívida em moeda estrangeira, o que aumentou a despesas em Variações Monetárias e Cambiais em R\$ 75 milhões, com contrapartida líquida em operações de swap de R\$ 44 milhões (R\$ 55 milhões de receita e R\$ 10 milhões de despesas).

R\$ MM	3T13	2T14	3T14	Var.	9M13	9M14	Var.
Rendas financeiras	7	7	10	47,6%	14	25	79,1%
Juros ativos	9	(3)	(0)	103%	17	4	-73,5%
Acréscimo moratório de venda de energia	13	10	42	223%	35	68	95,1%
Descontos obtidos	-	(4)	0	N/A	-	5	N/A
Variações monetárias	15	20	11	-31%	40	71	78,0%
Ajuste de valor presente RJ	-	(22)	(4)	N/A	-	(3)	N/A
Operação de swap	-	3	55	N/A	-	59	N/A
Outras receitas	18	4	41	123%	49	73	48,0%
Receita Financeira Total	62	14	154	149%	154	302	95,7%
Variações monetárias e cambiais	(22)	(6)	(78)	-261%	(56)	(113)	100,3%
Encargos com parte relacionada		(1)	(3)	N/A	-	(5)	N/A
Encargos de dívidas	(32)	(31)	(70)	-120%	(93)	(133)	44,1%
Multas por violação de metas/transg. de faixa	(6)	(8)	(7)	-26%	(34)	(41)	22,3%
Multas Regulatórias	-	(1)	(1)	N/A	-	(2)	N/A
Multas moratórias e compensatórias	(36)	(4)	(0)	100%	(56)	(4)	-92,2%
Ajuste a valor presente parcelamentos	-	20	(3)	N/A	-	(5)	N/A
Ajuste marcação a mercado- swap	-	-	-	N/A	-	-	N/A
Atualização do ativo financeiro - despesa	-	-	-	N/A	-	-	N/A
Operações de swap	-	(19)	(10)	N/A	-	(52)	N/A
Juros passivos	-	(9)	(5)	N/A	-	(28)	N/A
Outras despesas	(10)	(17)	(16)	-61%	(45)	(49)	8,9%
Despesa Financeira Total	(105)	(77)	(195)	-85%	(283)	(432)	52,8%
RESULTADO FINANCEIRO	(43)	(64)	(41)	6%	(128)	(130)	1,2%

3.5. RESULTADO LÍQUIDO

No 3T14, a CELPA apresentou lucro societário de R\$211 milhões, versus lucro de R\$100 milhões no mesmo trimestre do ano anterior. Se considerarmos os ajustes de Ativos/Passivos regulatórios líquidos, resultado financeiro, depreciação/amortização e ajustes de Compra de Energia, Sistemas Isolados e outros não recorrentes que impactaram o trimestre (explicados no item 3.3 - EBITDA), assim como os impactos da adesão da Companhia à Lei 12.996/14, o Lucro Líquido Regulatório ajustado ficaria em R\$ 57 milhões, comparado a um lucro de R\$11 milhões no mesmo trimestre do ano anterior.

LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO (R\$ milhões)	3T13	2T14	3T14	Var.	9M13	9M14	Var.
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO Societário	100	(196)	211	112%	(118)	(16)	-92,6%
Ativos e Passivos Regulatórios Líquidos	(118)	232	(12)	90%	(23)	283	N/A
Resultado não Operacional + Resultado financeiro	(4)	2	15	N/A	6	6	2%
Depreciação e Amortização	8	12	7	-12%	23	23	0%
Ajustes Compra de Energia + Sistemas Isolados	-	(28)	14	N/A	-	(14)	N/A
Ajuste PMSO	26	-	-	N/A	26	-	N/A
Ajustes 3T14	-	-	(139)	N/A	-	(139)	N/A
Desconto multa regulatórias	-	-	(33)	N/A	-	(33)	N/A
Impactos REFIS	-	-	(7)	N/A	-	(7)	N/A
LUCRO LÍQUIDO Regulatório Ajustado	11	21	57	420%	(86)	103	-207,0%

4. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Com a adaptação das regras contábeis brasileiras ao IFRS, os ativos e passivos regulatórios do setor deixaram de ser registrados nos balanços da Companhia. Entretanto, tais valores continuam sendo considerados pela ANEEL quando do cálculo dos Componentes Financeiros a cada Reajuste Anual ou Revisão Periódica.

Abaixo, abrimos os componentes dos Ativos e Passivos Regulatórios por trimestre na CELPA desde o 3T13.

ATIVOS REGULATÓRIOS	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Saldo Inicial					
Constituição CVAs	60.132	103.659	73.631	249.247	150.534
CDE	-	-	303	922	718
Proinfra	1.003	1.215	1.794	2.390	36
ESS	13.519	-	1.382	0	-
Rede Básica	1.417	2.419	4.022	6.454	5.804
Compra	44.193	100.025	66.130	239.481	143.976
Amortização CVAs	20.953	18.084	15.303	12.310	173.192
CCC	3.471	2.420	1.402	306	-
CDE	-	-	-	-	813
Proinfra	5.898	4.113	2.382	520	1.252
ESS	19	13	8	2	-
Rede Básica	92	64	37	8	6.425
Compra	11.474	11.474	11.474	11.474	164.702
Diferim.Repos.Tarifária	92.567	20.956	20.956	20.956	
Sobrecontratação	-	-	143.370	105.763	79.896
Outros Ativos Regulatórios	2.198	49.758	44.702	90.894	54.456
Outros	-	-	17.929	88.235	35.400
Garantia CCEAR	-	414	452	497	591
Exposição Financeira	2.198	1.475	787	65	4.087
Diferencial Eletronuclear	-	10.025	5.347	439	14.378
Bolha do Recálculo Financeiro	-	37.844	20.187	1.657	-
Saldo Final	175.850	192.456	297.962	479.169	458.078

PASSIVOS REGULATÓRIOS	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Saldo Inicial					
Constituição CVAs	-	(2.689)	-	(6.583)	(39.381)
ESS	-	(2.689)	-	(6.583)	(39.381)
Amortização CVAs	(2.927)	(2.040)	(1.183)	(258)	(17.684)
Rede Básica	(2.523)	(1.759)	(1.019)	(222)	-
Compra de Energia	(36)	(25)	(15)	(3)	-
CDE	(363)	(253)	(147)	(32)	(213)
ESS	-	-	-	-	(17.061)
Proinfra	(5)	(3)	(2)	(0)	(410)
Neutralidade Parc. A	(2.657)	(1.783)	(951)	(78)	(10.771)
Reembolso CCC	-	(31.699)	(16.909)	(1.388)	-
Outros Ativos Regulatórios - Outros	(71.318)	(30.762)	(89.094)	(46.577)	(19.185)
Outros	(71.318)	(583)	(65.857)	(30.981)	(11.970)
Exposição Financeira	-	(14.601)	(14.928)	(14.914)	(7.215)
Sobrecontratação	-	(2.274)	(1.213)	(100)	-
RGR	-	(1.572)	(838)	(69)	-
Subvenção CDE	-	(11.732)	(6.258)	(514)	-
Saldo Final	(76.902)	(68.972)	(108.137)	(54.885)	(87.021)

Ativos / Passivos Reg. Líquidos	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
Ativos Regulatórios	175.850	192.456	297.962	479.169	458.078
Passivos Regulatórios	(76.902)	(68.972)	(108.137)	(54.885)	(87.021)
Ativo Regulatório Líquido	98.948	123.484	189.825	424.285	371.057

5. ENDIVIDAMENTO

No 3T14, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 1.864 milhões, 10,6% superior ao endividamento registrado ao final do 2T14, de R\$1.686 milhões.

5.1. PERFIL DA DÍVIDA

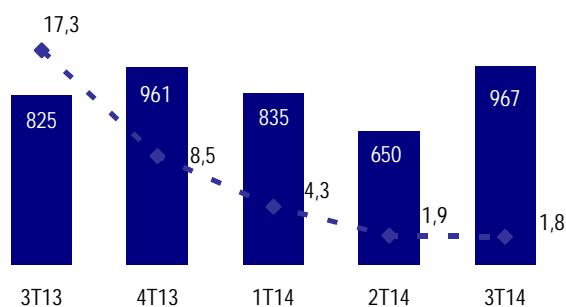
Situação da Dívida Bruta

Vencimento	3T 14	%	Indexador	3T14	Custo Médio (a.a.)	Prazo Final Médio (mês/ano)	Prazo Médio (em anos)	Part. (%)
Curto Prazo	614	32,9%	Pré Fixado (US\$)	322	3,9%	nov/15	1,1	17,3%
Longo Prazo	1.251	67,1%	Pré Fixado (TN)	24	3,9%	abr/24	9,7	1,3%
2015	104	5,6%	Pré Fixado (BID)	145	3,9%	ago/26	11,9	7,8%
2016	15	0,8%	Libor Semestral	19	3,8%	abr/24	9,7	1,0%
2017	13	0,7%	Libor Trimestral	188	4,1%	nov/15	1,2	10,1%
2018	9	0,5%	*Moeda Estrangeira	698	3,9%		1,1	37,4%
2019	12	0,6%	TJLP	1	9,7%	mai/16	1,6	0,1%
2020	8	0,4%	CDI	227	12,0%	mar/15	0,5	12,2%
2021	31	1,7%	Pré fixado (R\$)	666	5,7%	nov/26	12,3	35,7%
2022	60	3,2%	RGR	69	6,9%	mai/23	8,7	3,7%
2023	56	3,0%	IGP-M	203	4,5%	set/34	20,3	10,9%
2024	98	5,2%	Moeda Nacional	1.166	6,8%		11,2	62,6%
2025	53	2,8%	TOTAL	1.864	5,7%		7,4	100,0%
2026	30	1,6%	Dívida com swap para CDI					
2027	159	8,5%						
2028	73	3,9%						
2029	72	3,9%						
Após 2029	458	24,6%						
TOTAL	1.864	100,0%						

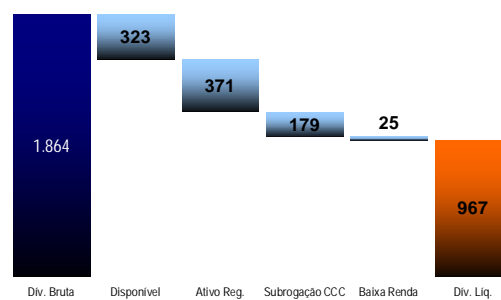
Após a reestruturação, entendemos que o perfil de vencimentos da CELPA é confortável, apresentando um perfil de longo prazo. O custo médio da dívida atualmente está em 5,7%, equivalente a 55% do CDI dos últimos 12 meses.

A dívida líquida, considerando as disponibilidades, os ativos regulatórios líquidos e a sub-rogação de CCC, atingiu o montante de R\$967 milhões no 3T14, equivalente a 1,8 vezes o EBITDA regulatório dos últimos 12 meses.

Dívida Líquida (R\$MM) e Dívida Líquida/ EBITDA Regulatório (Últ.12 meses)



Conciliação da Dívida Líquida (R\$MM)



6. INVESTIMENTOS

6.1. INVESTIMENTOS DA CELPA

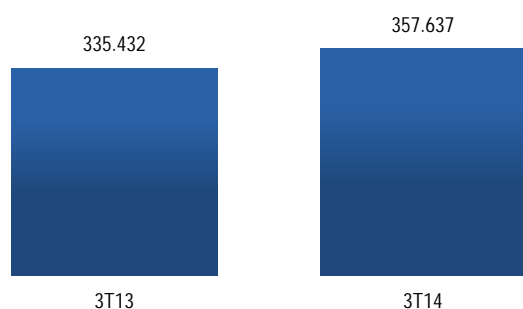
	3T13	2T14	3T14	Var.	9M13	9M14	Var.
Manutenção da Rede	13	20	21	64,2%	42	54	29%
Expansão e Melhoria da Rede	50	70	67	34,3%	162	192	19%
Equipamentos e Sistemas	1	14	8	822,2%	4	38	912%
Universalização	1	2	21	2768,5%	2	25	N/A
Proj Espec - (Subrogação CCC)	15	24	23	52,7%	21	63	197%
Outros Investimentos	(1)	19	2	N/A	19	20	5%
Total	78	149	141	81,0%	250	391	56%

Os investimentos da CELPA, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$141 milhões no 3T14, representando um aumento de 81,0% em relação ao 3T13.

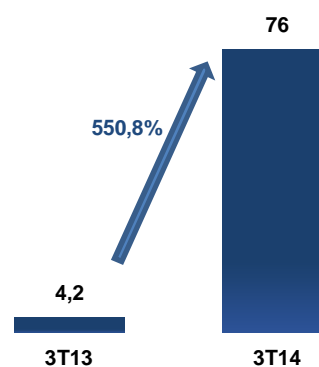
6.2. INVESTIMENTOS NO PROGRAMA LUZ PARA TODOS (PLPT)

Ao final do 3T14, foi alcançada a marca de 358 mil clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CELPA através do PLPT, gerando um benefício direto a praticamente 1,7 milhão de habitantes no Estado do Pará. O PLPT já está presente em todos os 144 municípios paraenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados urbanos e para a geração de renda nestas localidades. Ao longo do 3T14, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais, fretes e serviços de terceiros, foi de R\$76 milhões.

Número de Clientes Ligados à Rede



Investimentos Diretos PLPT (R\$MM): Trimestral



7. EVENTOS SUBSEQUENTES

Recebimento de Sub-Rogação da CCC

No dia 08 de outubro de 2014, foi recebido da Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRAS o montante de R\$ 66,7 milhões a título de crédito CDE Sub-rogação CCC, referente ao projeto elétrico de interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

No fechamento do 3T14, havia R\$ 178 milhões a receber registrados no realizável a longo prazo sob a rubrica Sub-Rogação da CCC.

8. ADESÃO A LEI 12.996/14

No 3T14, a CELPA aderiu ao Parcelamento Tributário da Lei nº 12.996/14 que proporcionou o reparcelamento de débitos já parcelados ordinariamente no valor R\$151 milhões e novos débitos no valor de R\$26 milhões que foram reconhecidos no período. A adesão possibilitou a redução de juros e multas de R\$36 milhões e a compensação com prejuízos fiscais de R\$32 milhões. No trimestre a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 12 milhões reduzindo o saldo desta dívida para R\$ 98 milhões.

A Companhia já havia obtido no passado o parcelamento de outra parte de sua dívida tributária federal através da Lei 11.941/09, cujo saldo atual é de R\$ 108 milhões que, juntamente com o novo saldo parcelado neste trimestre de R\$ 98 milhões, perfazem um total de R\$ 206 milhões em tributos federais parcelados pela Companhia.

A mesma Lei nos permitiu também fazer o parcelamento de Multas Regulatórias no montante de R\$40 milhões com uma redução de encargos de R\$6 milhões, tendo amortizado no período o valor de R\$6 milhões. No trimestre, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 3 milhões reduzindo o saldo desta dívida para R\$ 30 milhões.

SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A Companhia não contratou da Ernst & Young, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente e outros serviços relacionados por exigência da ANEEL. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

As informações não financeiras da CELPA e as relacionadas ao Programa Luz para Todos (PLPT), assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Thomas Newlands
Relações com Investidores

Renato Parentoni
Relações com Investidores

Telefones: +0 XX (21) 3206-6635 / 6607
E-mail: ri@CELPA.com.br
Website: www.CELPA.com.br

AVISOS

As declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

As ressalvas com relação às declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras "acredita", "poderá", "irá", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "estima" ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

Considerações acerca dos critérios contábeis:

As informações estão apresentadas de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), a partir das informações financeiras revisadas.

ANEXO 1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ mil)	3T 13	2T 14	3T 14	Var.	9M13	9M14	Var.
RECEITA OPERACIONAL	887.400	1.067.023	1.398.661	37,0%	2.404.057	3.421.645	42,3%
Fornecimento de Energia Elétrica	758.735	866.042	1.071.641	35,8%	2.035.843	2.725.578	33,9%
Uso da Rede	(9.159)	5.608	6.320	115,5%	(2.288)	17.739	-875,2%
Suprimento de Energia Elétrica	14.866	8.668	15.439	-84,3%	69.948	51.264	-26,7%
Receita de Construção	117.304	181.175	307.999	135,8%	282.191	614.035	117,6%
Outras Receitas	5.654	5.530	(2.738)	-15,5%	18.363	13.030	-29,0%
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(224.751)	(267.792)	(329.727)	-26,5%	(644.216)	(848.588)	-31,7%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	662.650	799.231	1.068.933	40,9%	1.759.841	2.573.058	46,2%
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(344.131)	(756.870)	(646.547)	-50,3%	(1.267.307)	(1.908.285)	-50,6%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(208.534)	(556.605)	(308.748)	-34,9%	(932.597)	(1.226.180)	-31,5%
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(18.293)	(19.090)	(29.800)	-34,3%	(52.519)	(68.069)	-29,6%
Custo de Construção	(117.304)	(181.175)	(307.999)	-135,8%	(282.191)	(614.035)	-117,6%
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(157.316)	(134.139)	(136.565)	-14,8%	(402.093)	(424.079)	-5,5%
Pessoal	(29.107)	(39.112)	(38.659)	-16,5%	(97.508)	(115.924)	-18,9%
Material	(3.572)	(5.771)	(3.417)	-159,8%	(8.819)	(13.867)	-57,2%
Serviço de Terceiros	(89.747)	(85.345)	(81.762)	-16,7%	(230.002)	(240.830)	-4,7%
Outros	(33.313)	(8.168)	(10.318)	-134,9%	(42.726)	(27.968)	34,5%
PMSO	(155.739)	(138.396)	(134.156)	-23,1%	(379.055)	(398.589)	-5,2%
Subvenção CCC	82.772	61.676	80.346	-23,7%	228.035	215.975	-5,3%
Materia prima p/ produção de energia elétrica	(77.174)	(45.275)	(69.226)	31,8%	(203.607)	(195.334)	4,1%
Provisões	(7.175)	(12.144)	(13.530)	35,7%	(47.466)	(46.132)	2,8%
EBITDA	161.202	(91.778)	285.820	-71,8%	90.441	240.694	166,1%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(8.970)	(6.990)	(11.919)	-18,7%	(15.604)	(24.762)	-58,7%
Depreciação e Amortização	(40.382)	(42.918)	(54.449)	-33,4%	(103.714)	(133.947)	-29,2%
RESULTADO DO SERVIÇO	111.851	(141.685)	219.453	-54,9%	(28.877)	81.984	-383,9%
RESULTADO FINANCEIRO	(43.253)	(63.505)	(40.537)	10,7%	(128.484)	(130.080)	-1,2%
Receitas Financeiras	61.996	57.676	186.678	42,2%	154.461	378.347	144,9%
Despesas Financeiras	(105.249)	(121.181)	(227.215)	-8,5%	(282.944)	(508.427)	-79,7%
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	68.597	(205.190)	178.916	-26,2%	(157.361)	(48.096)	69,4%
Diferido	31.004	8.942	31.934	464,2%	39.362	31.934	-18,9%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	99.603	(196.248)	210.850	-21,9%	(117.999)	(16.162)	86,3%

ANEXO 2 – DRE REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ mil)	3T 13		3T 13	3T 14		3T 14
	Regulatório	Ajustes	IFRS	Regulatório	Ajustes	IFRS
RECEITA OPERACIONAL	703.164	(184.237)	887.401	1.074.065	(324.596)	1.398.661
Fornecimento de Energia Elétrica	682.644	(66.933)	749.577	985.297	(35.983)	1.021.280
Suprimento de Energia Elétrica	14.866	-	14.866	34.825	19.386	15.439
Encargo de Capacidade Emergencial	-	-	-	-	-	-
Receita de Construção	-	(117.304)	117.304	-	(307.999)	307.999
Outras Receitas	5.654	0	5.654	53.943	-	53.943
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(225.030)	(280)	(224.750)	(329.900)	(173)	(329.727)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	478.133	(184.516)	662.650	744.165	(324.768)	1.068.933
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(273.246)	62.565	(335.811)	(343.227)	292.200	(635.427)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(367.451)	52.404	(419.855)	(326.537)	(17.789)	(308.748)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	3.059	21.353	(18.293)	(27.810)	1.991	(29.800)
Custos de Construção	-	117.304	(117.304)	-	307.999	(307.999)
Recuperação de despesa (CDE)	86.737	(124.584)	211.321	-	-	-
Outras Despesas Não-Gerenciáveis	4.408	(3.912)	8.321	11.120	-	11.120
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(161.724)	3.912	(165.636)	(147.685)	-	(147.685)
Pessoal	(29.107)	-	(29.107)	(38.659)	-	(38.659)
Material	(3.572)	-	(3.572)	(3.417)	-	(3.417)
Serviço de Terceiros	(89.747)	-	(89.747)	(81.762)	-	(81.762)
Provisões	(7.175)	1	(7.176)	(13.530)	-	(13.530)
Outros	(32.123)	3.911	(36.034)	(10.318)	-	(10.318)
EBITDA	43.163	(118.040)	161.203	253.253	(32.568)	285.820
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(5.197)	3.774	(8.971)	(5.593)	6.326	(11.919)
Depreciação e Amortização	(32.658)	7.724	(40.382)	(47.557)	6.892	(54.449)
RESULTADO DO SERVIÇO	5.309	(106.541)	111.850	200.103	(19.350)	219.453
RESULTADO FINANCEIRO	(51.329)	(8.078)	(43.252)	(31.647)	8.890	(40.537)
Receitas Financeiras	63.341	1.344	61.996	192.320	5.641	186.678
Despesas Financeiras	(114.670)	(9.421)	(105.249)	(223.967)	3.249	(227.215)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	(46.021)	(114.619)	68.598	168.456	(10.460)	178.916
Impostos Diferidos	31.004	-	31.004	31.934	-	31.934
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(15.016)	(114.619)	99.603	200.390	(10.460)	210.850

ANEXO 3 – BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (R\$ Mil)	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
CIRCULANTE	1.418.528	1.095.750	1.368.797	1.494.014	1.686.002
Caixa e equivalentes de caixa	99.760	109.294	63.316	191.955	139.001
Investimentos de curto prazo	276.625	130.106	199.492	230.403	184.320
Contas a receber de clientes	519.502	560.455	548.243	609.602	752.104
Estoques	10.455	13.944	17.036	22.112	22.149
Impostos e contribuições a recuperar	69.574	74.518	71.857	71.011	69.063
Impostos e Contribuições a Recuperar - ICMS	-	-	3.261	-	-
Impostos e Contribuições a Recuperar - Outros	-	-	156.034	-	-
Impostos sobre o lucro a recuperar	9.826	10.788	3.261	22.171	24.939
Aquisição de combustível - conta CCC	132.547	94.346	156.034	205.813	199.979
Depósitos Judiciais	1.245	1.395	484	553	595
Serviços pedidos	52.659	68.941	81.954	94.996	73.810
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.287	-	-	22.033
Recuperação de custo de energia e encargos	7.591	1.032	194.633	-	154.102
Outros Créditos a Receber	67.043	26.644	32.487	45.398	43.907
NÃO CIRCULANTE	3.353.607	3.373.986	3.431.428	3.465.106	3.606.787
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.104.681	1.075.891	1.109.218	1.251.959	1.323.962
Contas a receber de clientes - LP	33.543	34.932	47.826	60.578	89.787
Impostos e contribuições a recuperar LP	23.560	33.207	32.273	51.839	63.199
Impostos sobre o lucro a recuperar	-	-	-	32.823	35.240
Instrumentos financeiros derivativos NC	-	232	-	-	6.445
Impostos e contribuições a recuperar	43.803	24.716	30.932	-	-
Depósitos judiciais NC	159.436	130.544	96.195	101.067	104.248
Ativo financeiro da concessão	514.599	600.544	650.052	750.721	776.721
Sub-rogação da CCC	231.332	185.688	186.813	188.774	178.568
Outros créditos a receber - LP	98.408	66.028	65.127	66.157	69.754
PERMANENTE	2.248.926	2.298.095	2.322.210	2.213.147	2.282.825
Investimentos	7.173	7.130	7.086	7.042	6.996
Intangível	2.241.753	2.290.965	2.315.124	2.206.105	2.275.829
TOTAL DO ATIVO	4.600.434	4.469.736	4.800.225	4.959.120	5.292.789

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Mil)	3T13	4T13	1T14	2T14	3T14
CIRCULANTE	1.425.809	1.001.311	1.269.868	1.603.194	1.878.996
Fornecedores	425.483	477.143	634.376	695.315	720.330
Folha de pagamento e provisão de férias	18.330	33.721	22.533	27.886	35.243
Empréstimos e Financiamentos	384.740	10.683	107.225	394.512	613.524
Derivativos	-	-	2.797	11.092	-
Taxas regulamentares a pagar	22.215	365	667	668	-
Impostos e contribuições a recolher	188.648	198.217	227.718	187.159	182.905
Dividendos	30.043	-	-	-	-
Partes relacionadas	149.639	-	-	1.366	26.971
Pesquisa & Desenvolvimento e eficiência energética	48.754	53.735	58.434	63.723	69.561
Indenizações trabalhistas	20	-	20	20	-
Recuperação judicial	9.072	85.254	82.662	81.260	86.978
Outras contas a pagar	148.865	142.193	133.436	140.193	143.484
NÃO CIRCULANTE	2.699.802	3.074.348	3.167.046	2.882.861	2.729.878
Empréstimos e financiamentos - LP	1.144.944	1.523.627	1.384.985	1.291.193	1.250.891
Derivativos LP	-	-	5.740	7.779	-
Taxas regulamentares a pagar - LP	70.634	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher - LP	326.511	299.503	280.400	261.330	228.065
Provisão para contingências	258.062	265.798	259.074	259.225	184.755
Pesquisa & Desenvolvimento e eficiência energética LP	58.815	60.090	61.547	63.107	64.840
Partes relacionadas - LP	257.266	416.147	426.109	536.270	522.097
Adiantamento para futuro aumento de capital	50.000	50.000	295.000	-	-
Plano de aposentadoria e pensão	33.965	25.533	25.533	25.533	25.533
Recuperação judicial - LP	408.596	332.620	310.144	291.916	270.388
Outras contas a pagar - LP	91.009	101.030	118.514	146.508	183.309
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	474.823	394.077	363.311	167.065	377.915
Capital Social	924.524	924.524	924.524	924.524	924.524
Reserva de reavaliação	260.455	252.705	244.492	236.091	221.108
Outros resultados abrangentes	(4.291)	(4.291)	(4.291)	(4.291)	(4.291)
Lucros/Prejuízos Acumulados	(705.865)	(778.861)	(801.414)	(989.259)	(763.426)
Patrimônio líquido antes dos recursos p/futuro aumento de capital	474.823	394.077	363.311	167.065	377.915
Recursos destinados p/aumento de capital	-	-	-	306.000	306.000
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.600.434	4.469.736	4.800.225	4.959.120	5.292.789